



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos a vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Camil Alimentos S.A. ("Camil" e "Companhia"), relativas aos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2022 ("2021") e 28 de fevereiro de 2021 ("2020"), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Camil (www.camil.com.br/ri/) e no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br/).

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento Novo Mercado da B3 sob o código "CAML3", o mais alto nível de governança da B3. A Camil Alimentos é uma multinacional de origem brasileira que se destaca como plataforma de repasse de preços ao consumidor. Além disso, os negócios da Companhia são voltados para o beneficiamento, processamento, produção, empacotamento e comercialização de marcas com posições de liderança e reconhecimento de mercado que contemplam produtos nas categorias de arroz, feijão, outros grãos, açúcar, pescados enlatados (sardinha e atum), massas, café, produtos saudáveis, dentre outros alimentos, segregados em dois segmentos: Brasil e Internacional, com presença no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Equador.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963 no Brasil e, desde então, vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e marcas de produtos alimentícios na América do Sul. Atualmente, a Camil possui um amplo portfólio de marcas com posições de liderança e reconhecimento de mercado. Incluindo Camil, União, Coqueiro e Santa Amália no Brasil, Saman e La Abundancia no Uruguai, Tucapel no Chile, Costeño no Peru e Rico Arroz no Equador. Além dessas marcas, o portfólio da Companhia contempla diversas marcas de ocupação, com foco em atender diferentes nichos de consumidores nas regiões e países em que atua.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Camil concluiu o ano de 2021 com grandes conquistas que reforçam nosso posicionamento: **somos uma multinacional de origem brasileira com uma das mais completas plataformas de produtos e marcas líderes no mercado de alimentos na América Latina**. Atingimos uma **receita bruta que registra a marca de R\$10,3 bilhões no ano, o dobro do nosso faturamento dos últimos cinco anos quando abrimos capital**, registrando a nossa força de crescimento com ganho de escala e crescimento orgânico, aquisições estratégicas com marcas relevantes e sinergias operacionais importantes, além da execução de forma ágil na transformação empresarial para rápido crescimento e incorporação de sinergias em nossos negócios.

Entendemos que nosso modelo de negócios é um modelo defensivo na indústria de alimentos na América Latina. Mesmo diante de um ano com um cenário de custos e despesas elevados para a indústria, com alta do custo de aquisição de matéria-prima e demais insumos, o modelo de negócios da Camil permite minimizar o impacto desse cenário nas categorias que atuamos, com uma dinâmica e tendência de repasse de preços ao consumidor. Além disso, registramos um crescimento em volumes de grãos no Brasil duas vezes maior que o histórico de crescimento da categoria. Em uma indústria com crescimento e consumo estável no país, potencializamos nossa execução e estratégia comercial na categoria, nos sobressaindo frente à concorrência e potencializando o crescimento da nossa marca premium Camil na categoria. Registramos crescimento de dois dígitos em volume no período, fruto do nosso foco em estratégias de cross-selling e mix de produtos de marcas com alto reconhecimento pelos consumidores.

Ao mesmo tempo que crescemos de forma orgânica, 2021 foi marcado para a Camil como o ano da expansão de categorias e mercados por meio de aquisições. Esperamos contemplar as sinergias e crescimento dos movimentos recentes realizados em nossos resultados a partir de 2022.

Primeiro anunciamos nossa entrada no mercado equatoriano de arroz, com a aquisição da Dajahu, líder no segmento de arroz envelhecido no país com market share significativo e elevado potencial de crescimento. No internacional também concluímos, como evento subsequente, a aquisição da Silcom no Uruguai, entrando no mercado interno uruguia com posição de relevância na categoria de produtos saudáveis no país, atendendo uma demanda crescente em hábitos de consumo.

No Brasil, anunciamos a aquisição da Santa Amália inaugurando nossa entrada no mercado de massas com a quarta maior empresa dessa categoria no país e liderança absoluta na região de Minas Gerais. Além das sinergias e posicionamento da Camil como entrante no setor de massas, a complementariedade geográfica de atuação em uma região com potencial de crescimento para a categoria de grãos da Camil no Brasil reforça nossa alavanca de crescimento por meio de aquisições relevantes e estratégicas.

E por fim, estamos muito felizes de anunciar o início da nossa operação de café. Anunciamos no último ano a aquisição da marca Seletto, Café Bom Dia e o lançamento do nosso Café União, entrando na categoria com uma das marcas mais tradicionais do Brasil, que ganhou o registro de marca de alto renome em 2021. Por meio de um investimento na Café Bom Dia, empresa estrategicamente localizada em Varginha (Minas Gerais), ao redor da principal região produtora de café do país, nossos produtos começaram a chegar nas gôndolas, alavancando ainda mais nosso crescimento e sinergias como plataforma de alimentos de mercearia seca e alto giro no Brasil.

Alimentar e nutrir relações faz parte do nosso negócio e nessa fase de crescimento temos expandido também cada vez mais nossa responsabilidade com a agenda ESG. Acreditamos que a estratégia de materialidade é a mais assertiva para focarmos em temas que fazem diferença efetiva para os nossos negócios e nosso entorno. Para esse ano, realizamos nossa matriz de materialidade com consulta encaminhada para mais de 3 mil stakeholders, contemplando todos os países que operamos. Nos preparamos para trazer ao mercado no primeiro semestre de 2022 nosso relatório de sustentabilidade, seguindo as melhores práticas e metodologias globais de transparência e divulgação incluindo GRI, SASB, TCFD e nossas ações de apoio à Agenda 2030 da ONU.

Hoje somos em quase 7 mil colaboradores, e fortalecemos nossas ações internas em ESG com grupos de trabalho focados em ações de meio ambiente, suprimentos, sociais e de governança em todos os países de atuação, com metas e ações alinhadas ao Pacto Global. Em meio ambiente, em 2021, mais de 40% da casca do arroz produzido pela Camil no Brasil era utilizada internamente para geração de energia renovável e 95% da energia utilizada foram de fontes renováveis. A fim de aumentar esse aproveitamento, está em desenvolvimento o projeto de uma nova termelétrica com capacidade de consumir até 100% de geração de casca atual, com financiamento atrelado à debênture verde emitida pela Companhia em 2021. No lado social, continuamos com o apoio de investimentos sociais com doações de alimentos e projetos atrelados à geração de renda. O destaque especial em 2021 ficou com o projeto Doce Futuro da marca União, que promove um curso de confeitaria online e gratuito com aulas de custos, empreendedorismo e receitas especiais, auxiliando pessoas que buscam fazer dos doces uma fonte de renda. Ainda no social, atingimos níveis de excelência na redução de acidentes e melhoria de procedimentos de segurança, além de seguir com um grupo de trabalho específico em Diversidade e Inclusão, que discute ações de equidade e diversidade em todas as frentes da Companhia. Em governança, ressaltamos que 57% do nosso Conselho de Administração são membros independentes, sendo três membros do nosso Conselho parte do Comitê de ESG e Ética da Companhia, que monitora e apoia a nossa trajetória ESG.

Fizemos movimentos importantes de expansão em 2021, e acreditamos que nossa ampla e comprovada experiência adquirida ao longo dos anos em integração de aquisições nos confere uma posição única para - não somente identificar corretamente possíveis aquisições - como, principalmente, para integrá-las rapidamente a nosso modelo de negócio, proporcionando esses ganhos de escala e eficiência. Com agilidade e apoio de relações sólidas que construímos ao longo de quase 60 anos de história, estamos cada vez mais confiantes que a Companhia está no caminho certo para antecipar tendências e fortalecer sua posição no setor de alimentos da América do Sul.

Encerramos um ano com um agradecimento especial aos nossos clientes e consumidores pela preferência, seguimos focados em promover produtos de qualidade e reforçar cada vez mais o reconhecimento de nossas marcas, fortalecendo nossas posições de liderança no mercado. Aos colaboradores, acionistas e membros do Conselho de Administração, agradecemos pelo árduo trabalho, apoio e confiança diante deste cenário e, aos nossos fornecedores e demais stakeholders, obrigado por mais um ano intenso de colaboração e parceria.

Luciano Quartiero Diretor Presidente **Flavio Vargas** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DESTAQUES DO ANO

COMUNICADOS E FATOS RELEVANTES

• Março-2022: Aprovação do novo Programa de Recompra (7ª) e Cancelamento de Ações em Tesouraria

Em março de 2022, o Conselho de Administração aprovou o novo programa de recompra de ações. O programa autoriza a recompra de até 10 milhões de ações no prazo de 18 meses. Além disso, foi aprovado o cancelamento de 10 milhões de ações em tesouraria. Com o cancelamento, atualmente (1T22) a Camil possui o total de 360 milhões de ações ordinárias.

• Dezembro-2021: Conclusão do Investimento Estratégico na Café Bom Dia e Agro Coffee

A Companhia concluiu o investimento na Café Bom Dia e Agro Coffee em 2021. O ativo conta com uma planta industrial em Varginha (MG), adicionando capacidade produtiva na Companhia na categoria de café permitindo a atuação com as marcas União e Seletto, além da marca da Café Bom Dia. O investimento representa um importante passo para a diversificação e entrada em nova categoria da Camil no Brasil.

• Dezembro-2021: Adesão ao Pacto Global da ONU

A Companhia aderiu ao Pacto Global da ONU, uma iniciativa voluntária das Nações Unidas que tem por objetivo mobilizar práticas de negócios da comunidade empresarial nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Pacto Global assumiu a missão de engajar o setor privado nesta nova agenda, e a Camil segue focada em ações que fazem frente à essa agenda.

• Novembro-2021: Projeto de Geração Própria de Energia Renovável

A Companhia anunciou o investimento na construção de uma nova termelétrica, que possibilitará o aumento da capacidade da Companhia de geração de energia renovável utilizada nas unidades industriais de grãos no Brasil.

• Novembro-2021: Aprovação do 6º Programa de Recompra de Ações

O Conselho de Administração da Companhia aprovou o 6º Programa de Recompra de Ações, com objetivo de atender parcialmente as outorgas realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia. O programa autoriza a recompra de até 2 milhões de ações pelo prazo de 12 meses.

• Novembro-2021: Conclusão da 11ª Emissão de Debêntures no montante de R\$650 milhões

A Companhia concluiu a 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em 2ª série; para distribuição pública com esforços restritos no valor de R\$650,0 milhões, sendo (i) R\$150,0 milhões correspondentes à 1ª série com selo verde; e (ii) R\$500,0 milhões correspondente à 2ª série. As debêntures são remuneradas a CDI+1,55% a.a., com prazo de 7 anos da data de emissão.

• Setembro-2021: Entrada da Companhia no Segmento de Café no Brasil

Em setembro de 2021, a Companhia celebrou o acordo para aquisição do uso da marca Seletto, marcando um importante passo na estratégia de crescimento inorgânico da Companhia através da entrada na categoria de café no Brasil.

• Julho-2021: Conclusão da Aquisição dos Negócios de Arroz no Equador

Em julho de 2021, anunciamos a Aquisição no Equador dos negócios de Arroz da Dajahu, mais um importante passo de crescimento para a Camil. A operação no Equador conta com um portfólio de marcas relevantes e conhecidas no mercado, assumindo posição de liderança no segmento de arroz envelhecido, com um market share significativo e elevado potencial de crescimento. A transação foi concluída em 15 de setembro de 2021.

• Agosto-2021: Aprovação de Pagamento de Juros sobre Capital Próprio

Em agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$25 milhões, correspondente ao valor bruto unitário de aprox. R\$0,07 por ação, com pagamento realizado no dia 13/set/2021.

• Agosto-2021: Aquisição da Santa Amália e Entrada na Categoria de Massas no Brasil

Em Agosto de 2021, anunciamos a aquisição da Santa Amália, um grande marco na estratégia da Camil na diversificação através da entrada em novas categorias no Brasil. A Santa Amália é uma das companhias de massas mais tradicionais e renomadas do Brasil, sendo líder em market share no estado de Minas Gerais, com marcas de destaque na categoria de massas e um portfólio completo de marcas premium e de ocupação.

• Abril-2021: Aprovação da 10ª Emissão de Debêntures no montante de R\$600 milhões

Em abril de 2021, a Companhia concluiu a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em série única, com distribuição pública de esforços restritos no valor de R\$600 milhões. As debêntures são remuneradas a CDI+1,70% a.a., com prazo de 3 anos da data de emissão.

• Março-2021: Programa de Recompra

Em março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o 5º programa de recompra de ações, com recompra de 4 milhões de ações concluída em novembro de 2021.

ESG

Nossa estratégia ESG e atualizações no exercício de 2021 permeiam o amadurecimento contínuo e reforço de uma base sólida para uma governança sustentável. Temos adotado compromissos consistentes, com foco em gestão de riscos e impacto positivo, que transformam os reais desafios do nosso contexto em metas que garantem a eficiência de nossos processos para atualização e aprimoramento do nosso propósito empresarial. Dentre diversas iniciativas desenvolvidas no período para aceleração da agenda ESG, destacam-se:

Comitê de ESG e Ética: consolidação da governança focada em práticas ESG, por meio de nosso Comitê dedicado ao tema. O órgão se reporta ao Conselho de Administração e é composto por três conselheiros, um deles independente, e atua acompanhando e orientando as práticas de ESG e Ética da Companhia, alinhadas à estratégia empresarial. Para apoio ao Comitê, criamos o **Comitê Interno de ESG da Diretoria**, composto por quatro diretores, incluindo o diretor presidente, que visa monitorar os grupos de trabalho de ESG para execução de metas e práticas aderentes à Companhia e ao contexto dos países de atuação. O relatório do Comitê é realizado pelo departamento de Relações com Investidores e ESG da Companhia.

Grupos de Trabalho: para evolução de políticas e práticas em relação a temas identificados como prioritários no contexto de sustentabilidade da Companhia, foram criados oito Grupos de Trabalho, formados por equipes multidisciplinares. São eles: (i) **Ambiente:** Meio Ambiente; e Suprimentos; (ii) **Responsabilidade Social:** Investimentos Sociais; Saúde e Segurança do Trabalho; e Diversidade e Inclusão; (iii) **Governança:** Riscos e Compliance; Governança Corporativa; e Imagem e Reputação. Ao todo, são mais de 60 pessoas envolvidas, distribuídas entre os cinco países em que atuamos, com discussões e encontros periódicos focados no estabelecimento de metas e acompanhamento de ações voltadas ao aperfeiçoamento de cada um dos temas materiais. Cada grupo de trabalho tem sua própria governança estabelecida, respondendo à uma diretoria que faz o controle e supervisão do andamento das metas e ações propostas.

Metas ESG - Diretoria: para reforçar ainda mais este compromisso, a Camil inseriu metas ESG em seu planejamento estratégico dos próximos cinco anos, atribuindo objetivos socioambientais e de governança relacionados ao contexto dos temas materiais na remuneração variável de todos os diretores da Companhia. Entre os aspectos envolvidos nas metas estão:

- **Saúde e Segurança do Trabalho,** que tem demonstrado evolução substancial contínua, com aumento de investimentos e recursos direcionados a área, resultando na redução de 84% dos acidentes com afastamento dos últimos cinco anos até 2021;
- **Energia e Economia Circular,** foco em redução do consumo de energia, eficiência energética e ampliação da geração própria de energia renovável, a biomassa, proveniente do uso da casca de arroz, um dos principais resíduos gerados nas operações da companhia;
- **Investimento Social,** com foco em projetos de capacitação e geração de renda, como por exemplo o Projeto Doce Futuro União (detalhes abaixo na seção de Marcas e Lançamentos);
- **Boas Práticas na Cadeia de Valor,** com adesão da totalidade de fornecedores críticos aos critérios socioambientais e de conduta ética da Camil para as novas aquisições de massas e cafés, assim como concluído nas categorias de grãos, açúcar e pescados em 2021;
- **Gestão de Riscos,** para ampliação do escopo da gestão de riscos da Companhia para todas as unidades LatAm.

Novo Relatório de Sustentabilidade: comprometida com a transparência e a oferta equilibrada de informações para os diferentes stakeholders em todos os países de operação da companhia, em 2021 conduzimos o processo de revisão da matriz de materialidade da Camil, aprofundando os estudos realizados no ano passado, quando publicamos nosso primeiro Relatório ESG. Assim, identificamos novos temas relevantes na inserção de aspectos ESG à estratégia de negócios, que nos apoiaram na execução da Agenda ESG e na construção do Relatório de 2021. Essa identificação contou com a participação de nossos stakeholders, por meio de uma consulta on-line. Foram mais de 3 mil questionários encaminhados para os diferentes públicos com os quais a Camil interage na América Latina, incluindo clientes, órgãos públicos, colaboradores, etc. Após essa etapa, iniciamos a consolidação de indicadores ambientais, sociais e de governança, envolvendo todas as nossas unidades, nos cinco países. O novo modelo de relatório está sendo elaborado com base nos princípios GRI (Global Reporting Initiative) e os suplementos dos setores de produtos agrícolas e alimentos processados do SASB (Sustainability Accounting Standard Board). Adicionalmente estão sendo considerados os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e os princípios do Pacto Global, propostos pela ONU, bem como as recomendações do Fórum Econômico Mundial e da TCFD (Task Force on Climate Related Financial Disclosures).

Buscamos alinhar tendências atuais de mercado com visão ESG aos nossos negócios e, cada vez mais, trabalhar o tema no âmbito da nossa cultura empresarial, olhando para a realidade das práticas que fazem diferença efetiva em cada país e categoria que atuamos. Diante disso, realizamos diversos encontros entre workshops, palestras e discussões internas sobre o tema para alinhar nossa visão e compromissos sustentáveis, além de consultas externas com alguns de nossos stakeholders. Seguimos focados em reforçar e trazer para o mercado práticas que fazem a real diferença para nossos negócios, as pessoas, o planeta e o contexto que estamos inseridos.

ATUALIZAÇÕES ESG 2021

Meio Ambiente

A Camil, além de prezar pelo atendimento à legislação ambiental e às normas aplicáveis ao seu negócio e produtos, monitora os impactos gerados por sua produção ao ecossistema, em especial a geração e valorização de resíduos (com foco em economia circular) e o consumo de energia, com ênfase na ampliação da geração própria de energia renovável. Dessa forma, a gestão eficiente do uso de recursos naturais está entre os temas mais relevantes para a Companhia.

Energia: além das práticas para a redução de consumo, vale destacar a iniciativa de uso da casca de arroz beneficiado pela empresa para a geração de energia. Com alto poder calorífico e regularidade térmica próprias para a produção de processos termoeletríficos, esse material polui menos o meio ambiente, quando comparado a outros recursos vegetais, como o carvão. Atualmente a Companhia conta com pequenas centrais termelétricas em Itaquí e Caipão do Leão, no estado do Rio Grande do Sul, e está construindo uma nova termelétrica em Cambaí, também no município de Itaquí, com previsão de início das operações em 2023, que terá capacidade de consumir até 100% de sua geração de casca atual. Além disso, a subsidiária Saman, no Uruguai, tem participação de 45% na Galofer, principal usina de geração de energia à base de queima de casca de arroz do país.

Gestão de resíduos: além de destinar a casca de arroz, principal resíduo gerado pelas operações, para a geração de energia renovável, a Camil, possui parcerias com organizações sem fins lucrativos dedicadas a reciclagem. No Brasil, por exemplo, desenvolvemos parceria com a Protola, que garante que todas as latas colocadas anualmente no mercado, especialmente as de pescados, sejam recolhidas e destinadas corretamente. Já por meio da parceria com a plataforma Reciclar pelo Brasil, que atua apoiando o trabalho de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, a Companhia promove a inclusão social e melhorias nas condições de trabalho e geração de renda dos trabalhadores que atuam com recicláveis, apoiando iniciativas de qualificação de catadores. Em 2021, recuperamos 1.850,26 toneladas de materiais recicláveis, de embalagens colocadas no mercado nacional, com o Programa Recupera.

Responsabilidade Social

A Camil tem como compromisso se relacionar de forma responsável com seus diferentes públicos, especialmente seus profissionais, clientes, fornecedores e comunidades.

Saúde e Segurança: a Segurança é um valor negociável para a Camil. A Companhia busca a melhoria contínua de suas condições de trabalho, saúde e segurança. Possuímos uma estrutura robusta de gerenciamento do tema, sendo um tema prioritário e de responsabilidade de todos os colaboradores. Em 2021 foram investidos R\$14 milhões em adequações para minimizar os riscos no ambiente de trabalho, refletindo em uma redução de 51% nos acidentes com afastamento em relação ao ano anterior.

Fornecedores: a estratégia ESG da Camil se reflete em nossa cadeia de valor. A companhia valoriza as cadeias de fornecimento com as quais trabalha, priorizando parceiros e agricultores locais para a entrega de produtos com qualidade para seus clientes. A fim de estreitar o relacionamento com nossos fornecedores, oferecemos um programa de fomento para pequenos e médios produtores, que recebem visitas periódicas de especialistas da Camil. Os objetivos do programa são apoiar economicamente e desenvolver produtores agrícolas nas regiões em que a empresa mantém atividades, resultando no alto padrão dos alimentos produzidos.

Investimento social: a Camil, possui uma política de investimento social com base em quatro pilares por meio de sua marca líder em açúcar no Brasil, União, lançou no final de 2021 o Projeto Escola de Confeitaria e Negócios Doce Futuro União, reforçando o seu compromisso de promover o desenvolvimento local com alimentos, projetos educacionais e de capacitação. Em resposta ao contexto socioeconômico dos últimos anos, a iniciativa oferece um programa completo de cursos gratuitos e em formato digital, com conteúdos culinários e de gestão de negócios, proporcionando uma nova oportunidade de renda a partir da comercialização de doces. Nessa primeira edição, espera-se que mais de 3 mil pessoas sejam capacitadas nos primeiros meses.

Diversidade e Inclusão: a Camil tem como uma das diretrizes de sua política de sustentabilidade a promoção da valorização da diversidade e inclusão, combatendo a discriminação em qualquer uma de suas formas. Em 2021, o Grupo de Trabalho de diversidade e inclusão implementou ações para agregar discussões sobre o tema, como palestras, rodas de conversa e treinamentos. Além disso, alinhada aos valores da Camil de Confiança e Responsabilidade, foi realizado nosso primeiro Censo de Diversidade e Inclusão, que contou com a participação voluntária de 59% dos colaboradores da Companhia, em quatro países - não considerando Equador por ser uma aquisição recente do grupo. O objetivo era obter um diagnóstico da Camil sobre o tema - com dados sobre raça/etnia, presença da comunidade LGBTQIA+, entre outros. A partir do resultado do Censo, aperfeiçoaremos nossas políticas e práticas para promoção de diversidade, equidade e inclusão.

Marcas e Lançamentos

Reforçar a conexão com nossos consumidores através de serviços de valor agregado e campanhas que contribuem para a diferenciação dos nossos produtos é sempre uma prioridade para a Camil, construindo marcas fortes e renomadas. Essa estratégia nos permite capturar um prêmio de marca nos mercados de atuação e é um importante pilar na geração de valor da Companhia no longo prazo.

Cafés: Com a aquisição das marcas Seletto e Bom Dia, a companhia traçou estratégias para a distribuição e comercialização desta nova categoria de produtos, além de anunciar, em maio de 2022, a volta do Café União, reativando uma marca que foi líder de mercado na categoria até 2002. União é uma marca centenária que conta com o carinho e reconhecimento de milhões de consumidores do Brasil. O café União utilizará a força da marca e seu *Sabor que transforma* para reconquistar o paladar do Brasileiro. O lançamento conta com contínua distribuição do produto nas versões tradicionais e extratorfe e marca o início de uma nova fase para a Companhia. **Quer saber mais sobre as Iniciativas da marca União? Acesse o site da marca União.**

Doce Futuro União: Além da promoção "compre e ganhe" (com ativação do Livro Digital de Receitas União), a marca inova mais uma vez! A Escola de Confeitaria e Negócios Doce Futuro União chegou de forma 100% gratuita e on-line, para pessoas que buscam fazer dos doces uma fonte de renda, transformando suas vidas. Com 300 vagas, o curso conta com diversos módulos e certificação ao final e apoia a estratégia de investimentos sociais em ESG de geração de renda. **Quer saber mais sobre a iniciativa? Acesse o site Doce Futuro.**

Comida de Casa é Camil: A campanha Comida de Casa é Camil ganhou corpo e a participação de diversos influenciadores, como @VireiAdulto, @KaroliPinheiro, @LookDoFogão, além da embaixadora Rita Lobo, em conteúdos curtos e veiculados nos meios digitais, mostrando receitas com toda a linha de grãos in natura, prontos e biscoito, além de sugestões especiais para as festas de fim de ano. **Quer saber mais sobre as Iniciativas da marca Camil? Acesse o site da marca de grãos Camil.**

Marcas de Ocupação: Seguimos fomentando as ativações de presença nos fluxos digitais das marcas Namorado, Da Barra e Pescador. Destaque para Namorado, com ação de outdoor nas rodovias de Santa Catarina, aproveitando o meio das viagens de fim de ano e férias.

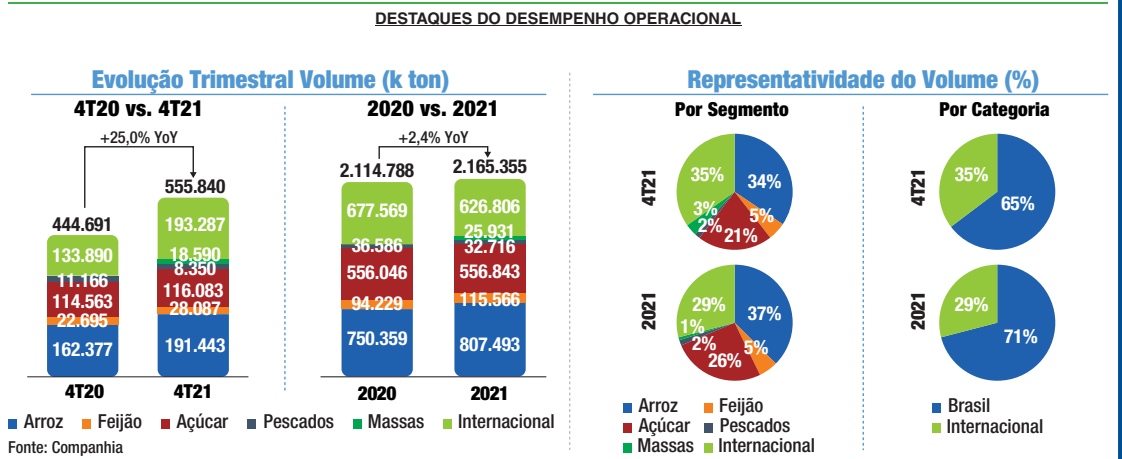
Coqueiro Rende Mais Possibilidades na Sua Mesa: A campanha Cria e Recria continuou a todo o vapor, com diversos influenciadores convidando nossos consumidores a recriarem receitas com pescados no dia a dia, demonstrando as inúmeras possibilidades para agregar mais os pescados Coqueiro nas refeições de nossos consumidores. **Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Coqueiro? Acesse o site da marca Coqueiro.**

Santa Amália: Com o mote "Minha Massa Suculenta é Santa Amália", a marca trouxe conteúdos diversos em suas redes sociais, explorando receitas e dicas com suas massas Santa Amália e Speciale e apoio de diversos influenciadores digitais, além da linha de mistura para bolos. **Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Santa Amália? Acesse o site da marca Santa Amália.**

Prêmios

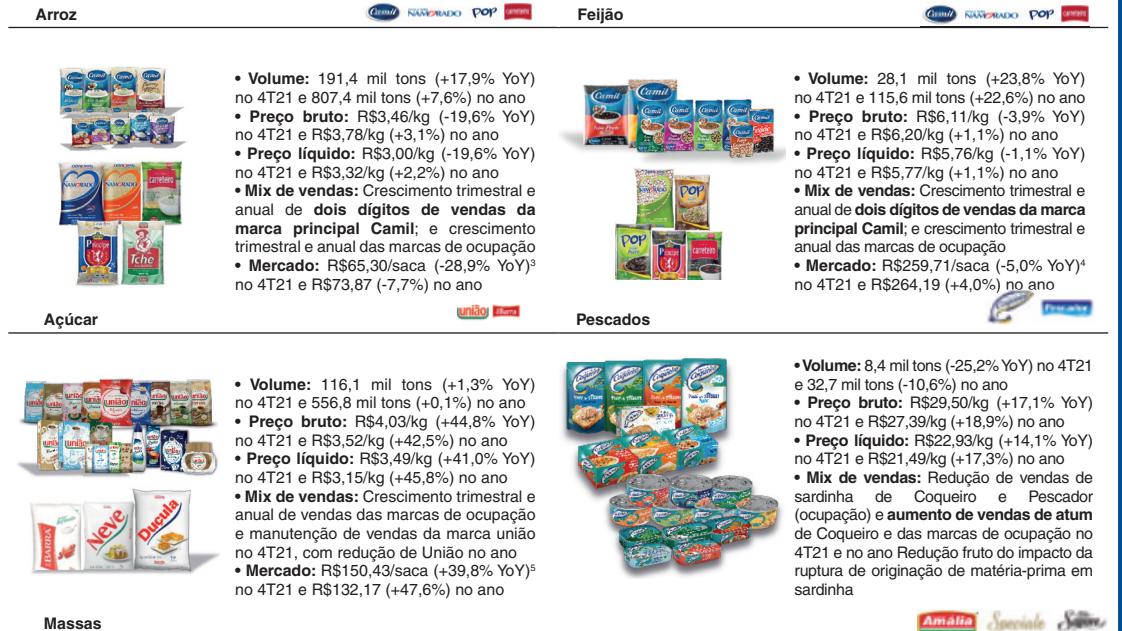
Nosso compromisso em fornecer produtos de qualidade superior é reconhecido amplamente pelo mercado e é motivo de orgulho. A força do nosso trabalho e das nossas marcas foi reconhecida através de uma série de prêmios, incluindo o **Prêmio Top of Mind na Folha de São Paulo**, no qual União ganhou como marca mais lembrada da região Sudeste. No total **Top of Mind Camil** ganhou em 1º Lugar para Feijão e União em 1º Lugar para Açúcar; **Prêmio Top of Mind Rio Grande do Sul 2021 - Revista Amanhã:** em Camil e Namorado, para arroz e feijão; e **Prêmio Top Fornecedor S.A. Varejo:** para as categorias de Arroz, Feijão e Açúcar Refinado.

DESTAQUES DO RESULTADO



BRASIL

O 4T21 foi marcado pelo aumento dos volumes de vendas do Brasil (+16,7% YoY), principalmente em arroz (+17,9% YoY), feijão (+23,8% YoY) e açúcar (+1,3% YoY). O ano de 2021 foi marcado pelo crescimento do volume de +7,0%, principalmente pelo incremento de vendas de arroz (+7,6% YoY) e feijão (+22,6% YoY).





CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

☆ continuação

INTERNACIONAL

O 4T21 foi marcado pelo aumento dos volumes de vendas do Internacional (+44,4% YoY), com crescimento de vendas frente à base do ano anterior e entrada no mercado equatoriano com a aquisição da Dajahu. No ano, o volume de vendas do internacional apresentou uma redução já esperada (-7,5% YoY), pela queda de disponibilidade de matéria-prima e consequente redução de vendas do Uruguai no período.



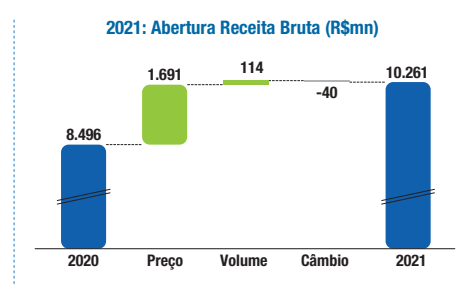
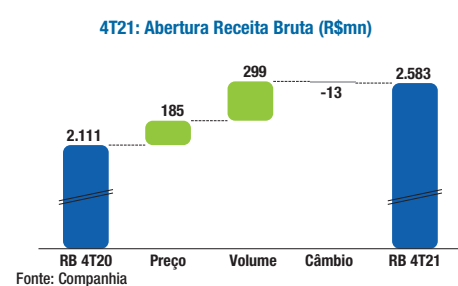
Crescimento no trimestre e redução de vendas no ano, com redução da disponibilidade de vendas para matéria-prima na safra uruguaia de arroz em 2021.

Retomada de crescimento no trimestre/segundo semestre do ano, em função da retomada de vendas após congelamento de preços no país na base comparativa.



Redução de vendas de arroz empacotado em função do cenário de crise econômica e política do país.

DESTAQUES DO DESEMPENHO FINANCEIRO



Receita Bruta de R\$2,6 bilhões no trimestre (+22,3% YoY) e R\$10,3 bilhões no ano (+20,8% YoY), impulsionada pelo efeito conjunto do aumento de volume e preços no período, conforme demonstrado nos gráficos acima. **Receita Líquida** de R\$2,3 bilhões no trimestre (+23,9% YoY) e R\$9,0 bilhões no ano (+20,8% YoY).

Os **Custos das Vendas e Serviços do trimestre** atingiram R\$1,8 bilhão (+23,9% YoY) no trimestre, ou 81,2% da receita líquida, principalmente, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+21,4% YoY), impulsionada pelo crescimento do volume de vendas e preços médios de mercado, e pelo Internacional (+31,7% YoY), impulsionado pelo crescimento de volumes no Uruguai e no Chile e pelo efeito de preços no período. **No ano, os Custos das Vendas e Serviços** atingiram R\$7,2 bilhões (+24,7% YoY), ou 80,3% da receita líquida, principalmente, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+30,0% YoY), impulsionada pelo crescimento dos volumes e preços médios de mercado, e no CPV Internacional (+10,1% YoY), impulsionado, principalmente, pelo crescimento de preços no período, além da entrada no Equador.

Lucro Bruto Lucro Bruto atingiu R\$425,9 milhões (+23,9% YoY) com margem de 18,8% (estável YoY) no trimestre. No ano, o mesmo indicador atingiu R\$1,8 bilhão (+7,1% YoY) com margem de 19,7% (-2,5pp YoY).

O **SG&A no trimestre** atingiu R\$347,5 milhões (+39,6% YoY), equivalente a 15,3% da receita líquida (+1,7pp YoY). O aumento no trimestre ocorreu em função do crescimento do SG&A Brasil (+35,6% YoY) com crescimento das despesas com vendas, devido ao aumento de fretes e de custos de distribuição no período, e das despesas gerais e administrativas, com aumento em despesas com assessorias e honorários jurídicos de M&A. O aumento no trimestre também foi impulsionado pelo SG&A Internacional (+46,9% YoY), em função do crescimento das despesas com vendas no Uruguai, Chile e entrada no Equador, e das despesas gerais e administrativas com assessorias e honorários jurídicos de M&A. Destacamos que R\$17,4 milhões são referentes a despesas relacionadas às quatro aquisições do período, incluindo assessorias, despesas jurídicas e custos de integração de pessoal.

O **SG&A no ano** atingiu R\$1,3 bilhão (+17,8% YoY), equivalente a 13,9% da receita líquida (-0,4pp YoY). O crescimento nominal no ano ocorreu, principalmente, no SG&A Brasil (+22,8% YoY) em função do aumento das despesas com vendas, com aumento de fretes, distribuição e comissões de vendas no período, e gerais e administrativas, com aumento de despesas com consultorias de M&A. Esse resultado também foi impulsionado pelo crescimento do SG&A Internacional (+8,7% YoY), decorrente do crescimento das despesas com vendas e gerais e administrativas do ano com consultorias e entrada do Equador no período. Destacamos que os mesmos R\$17,4 milhões se refletem no ano, referentes a despesas de M&A.

As **outras receitas operacionais** (excluindo equivalência patrimonial) atingiram R\$106,6 milhões positivos no trimestre (vs. R\$9,4 milhões no 4T20) e R\$109,3 milhões no ano (vs. R\$24,6 milhões em 2020), decorrente de efeitos não recorrentes no 4T21 e 2021 referentes à avaliação de compra vantajosa no Equador (Agroindustrias Dajahu S.A.), descontos obtidos em negociações de dívidas da Café Bom Dia (aquisição concluída em dezembro, empresa em Recuperação Judicial) e renegociação e parcelamento de impostos da Café Bom Dia.

EBITDA do trimestre atingiu R\$234,2 milhões (+60,5% YoY) com margem de 10,3% (+2,4pp YoY). **No ano, o EBITDA** atingiu R\$809,8 milhões (+2,9% YoY) com margem de 9,0% (-1,6pp YoY). Excluindo efeitos não recorrentes, o EBITDA atingiu R\$145,8 milhões (-0,1% YoY), margem de 6,4% (-1,5pp YoY) no 4T21 e R\$721,4 milhões (-8,3% YoY) com margem de 8,0% (-2,5pp) no ano. Vale destacar que EBITDA Ajustado foi impactado pelo crescimento no EBITDA de arroz e açúcar no período, parcialmente compensado pelo desempenho do Brasil no segmento de pescados, com ruptura de matéria-prima de sardinhas no período, e menor rentabilidade na categoria de feijão.

Resultado Financeiro líquido atingiu despesa de R\$52,7 milhões no trimestre (+115,7% YoY) no trimestre e R\$127,6 milhões (+50,1% YoY) no ano em função, principalmente, de juros sobre financiamentos e instrumentos financeiros derivativos em ambos os períodos.

Imposto de Renda e CSLL R\$21,8 milhões positivos no trimestre (vs. R\$5,1 milhões positivos no 4T20) e despesa de R\$20,1 milhões (vs. R\$74,5 milhões negativos em 2020) no ano, principalmente, pelo reconhecimento da reversão do IRPJ e da CSLL diferidos calculados sobre os juros SELIC contabilizados nos exercícios de 2015 a 2021.

Lucro Líquido Lucro Líquido atingiu R\$143,5 milhões (+68,7% YoY) com margem de 6,3% (+1,7pp). **No ano, o Lucro Líquido** atingiu R\$478,7 milhões (+3,5% YoY) com margem de 5,3% (-0,9pp). O **Lucro por Ação** atingiu R\$0,39 (+68,7% YoY) no trimestre e R\$1,29 (+3,5% YoY) no ano (considerando 370 milhões de ações). Destacamos como evento subsequente o cancelamento de 10.000.000 de ações em tesouraria, passando o total de ações de emissão da Companhia de 370.000.000 para 360.000.000 em abril de 2022.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Demonstrativos (em R\$ milhões)	4T20	3T21	4T21	4T21vs	4T21vs	12M20	12M21	12M21 vs
Data Fechamento	fev-21	nov-21	fev-22	4T20	3T21	fev-21	fev-22	12M20
Receita Bruta	2.111,4	2.589,5	2.583,1	22,3%	-0,2%	8.496,1	10.261,3	20,8%
(-) Deduções de Vendas	(280,8)	(316,6)	(315,9)	12,5%	-0,2%	(1.030,1)	(1.245,5)	20,9%
Impostos sobre Vendas	(132,3)	(164,0)	(152,1)	15,0%	-7,3%	(513,9)	(645,5)	25,6%
Devoluções e Abatimentos	(148,6)	(152,5)	(163,8)	10,2%	7,4%	(516,2)	(600,0)	16,2%
Receita Líquida	1.830,6	2.273,0	2.267,2	23,9%	-0,3%	7.466,0	9.015,9	20,8%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(1.486,7)	(1.801,3)	(1.841,3)	23,9%	2,2%	(5.805,0)	(7.237,7)	24,7%
Lucro Bruto	343,8	471,7	425,9	23,9%	-9,7%	1.661,0	1.778,2	7,1%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm.	(249,0)	(319,9)	(347,5)	39,6%	8,6%	(1.062,1)	(1.250,7)	17,8%
(+/-) Resultado da Equiv. Patrimonial	0,2	(0,2)	(0,1)	-142,9%	n.a.	(1,3)	0,2	-112,5%
(+) Outras Receitas Operacionais	9,4	7,1	106,6	n.a.	n.a.	24,6	109,3	344,4%
Lucro Operacional (EBIT)	104,4	158,8	184,9	77,0%	16,4%	622,2	636,9	2,4%
(+/-) Resultado Financeiro	(24,4)	(25,4)	(52,7)	115,7%	107,5%	(85,0)	(127,6)	50,1%
(-) Despesas Financeiras	(84,3)	(88,1)	(116,7)	38,5%	32,5%	(363,2)	(345,9)	-4,8%
(+) Receitas Financeiras	59,8	62,7	64,0	7,0%	2,1%	278,2	218,3	-21,5%
Resultado antes Impostos	80,0	133,4	132,2	65,2%	-0,9%	537,2	509,3	-5,2%
Total Imposto de Renda/CSLL	5,1	(12,9)	11,3	123,2%	-187,9%	(74,5)	(30,6)	n.a.
Imposto de Renda/CSLL	(2,8)	(19,7)	15,0	-644,0%	-176,3%	(73,4)	(31,1)	-57,7%
Imposto de Renda/CSLL Diferido	7,8	6,8	3,7	-146,9%	-154,2%	(1,0)	0,4	-143,0%
Lucro Líquido	85,1	120,5	143,5	68,7%	19,1%	462,7	478,7	3,5%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	85,1	120,5	143,5	68,7%	19,1%	462,7	478,7	3,5%
(-) Resultado Financeiro Líquido	24,4	25,4	52,7	115,7%	107,5%	85,0	127,6	50,1%
(-) Imposto de Renda/CSLL	(5,1)	(12,9)	(11,3)	123,2%	n.a.	(74,5)	(30,6)	n.a.
(-) Depreciação e Amortização	41,5	41,9	49,3	18,6%	17,7%	164,8	172,9	4,9%
(=) EBITDA	146,0	200,7	234,1	60,4%	16,7%	787,0	809,8	2,9%
Margens								
Margem Bruta	18,8%	20,8%	18,8%	0,0pp	-2,0pp	22,2%	19,7%	-2,5pp
Margem EBITDA	8,0%	8,8%	10,3%	2,4pp	1,5pp	10,5%	9,0%	-1,6pp
Margem Líquida	4,6%	5,3%	6,3%	1,7pp	1,0pp	6,2%	5,3%	-0,9pp

Nota: desempenho das aquisições a partir da data de conclusão no 4T21.

DESEMPENHO FINANCEIRO POR SEGMENTO

Alimentício Brasil	4T20	3T21	4T21	4T21vs	4T21vs	12M20	12M21	12M21 vs
Data Fechamento	fev-21	nov-21	fev-22	4T20	3T21	fev-21	fev-22	12M20
Receita Líquida	1.360,3	1.662,5	1.633,4	20,1%	-1,7%	5.354,4	6.725,7	25,6%
(-) Custos das vendas e serviços	(1.130,5)	(1.347,4)	(1.372,2)	21,4%	1,8%	(4.256,5)	(5.533,5)	30,0%
Lucro Bruto	229,9	315,1	261,2	13,6%	-17,1%	1.097,9	1.192,2	8,6%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e	(161,2)	(209,6)	(218,5)	35,6%	4,3%	(679,1)	(834,3)	22,9%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	8,6	0,0	64,5	653,3%	n.a.	23,4	53,4	n.a.
Lucro Operacional (EBIT)	77,2	105,5	107,1	38,7%	1,5%	442,2	411,3	-7,0%
(+/-) Resultado Financeiro	(14,6)	(22,3)	(56,8)	288,6%	154,1%	(66,2)	(127,0)	91,9%
(-) Despesas Financeiras	(71,4)	(79,7)	(110,9)	55,4%	39,1%	(318,8)	(318,5)	-0,1%
(+) Receitas Financeiras	56,8	57,4	54,2	-4,6%	-5,6%	252,7	191,5	-24,2%
Resultado antes Impostos	62,6	83,2	50,4	-19,6%	-39,4%	376,1	284,3	-24,4%
Total Imposto de Renda/CSLL	13,2	(0,2)	26,2	98,5%	n.a.	(33,3)	15,4	-146,4%
Lucro Líquido	75,8	83,0	76,5	1,0%	-7,7%	342,8	299,8	-12,6%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	75,8	83,0	76,5	1,0%	-7,7%	342,8	299,8	-12,6%
(+) Resultado Financeiro Líquido	14,6	22,3	56,8	288,6%	154,1%	66,2	127,0	91,9%
(+) Imposto de Renda/CSLL	(13,2)	0,2	(26,2)	98,5%	-1184,9%	33,3	(15,4)	n.a.
(+) Depreciação e Amortização	22,2	29,5	36,1	63%	22,3%	101,0	123,4	22,1%
(=) EBITDA	99,4	135,1	143,3	44,1%	6,1%	543,3	534,7	-1,6%
Margens								
Margem Bruta	16,9%	19,0%	16,0%	-0,9pp	-3,0pp	20,5%	17,7%	-2,8pp
Margem EBITDA	7,3%	8,1%	8,8%	1,5pp	0,6pp	10,1%	7,9%	-2,2pp
Margem Líquida	5,6%	5,0%	4,7%	-0,9pp	-0,3pp	6,4%	4,5%	-1,9pp

ALIMENTÍCIO INTERNACIONAL	4T20	3T21	4T21	4T21vs	4T21vs	12M20	12M21	12M21 vs
Data Fechamento	fev-21	nov-21	fev-22	4T20	3T21	fev-20	fev-21	12M20
Receita Líquida	470,2	610,5	633,8	34,8%	3,8%	2.111,6	2.290,1	8,5%
(-) Custos das vendas e serviços	(356,3)	(453,9)	(469,1)	31,7%	3,4%	(1.548,5)	(1.704,2)	10,1%
Lucro Bruto	113,9	156,6	164,6	44,5%	5,1%	563,1	585,9	4,1%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e	(87,8)	(110,3)	(128,9)	46,9%	16,9%	(383,0)	(416,4)	8,7%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	1,0	7,0	42,0	n.a.	n.a.	(0,1)	56,1	n.a.
Lucro Operacional (EBIT)	27,2	53,3	77,7	185,8%	45,8%	179,9	225,6	25,4%
(+/-) Resultado Financeiro	(9,8)	(3,1)	4,1	-141,4%	-233,1%	(18,9)	(0,6)	-96,8%
(-) Despesas Financeiras	(12,9)	(8,4)	(5,8)	-55,0%	-30,7%	(44,4)	(27,5)	-38,2%
(+) Receitas Financeiras	3,1	5,3	9,9	222,4%	85,8%	25,6	26,8	5,1%
Resultado antes Impostos	17,4	50,2	81,8	371,1%	62,8%	161,1	225,0	39,7%
(+/-) Total Imposto de Renda/CSLL	(8,1)	(12,7)	(14,8)	83,0%	16,8%	(41,2)	(46,1)	11,8%
Lucro Líquido	9,3	37,6	67,0	622,6%	78,4%	119,9	179,0	49,3%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	9,3	37,6	67,0	622,6%	78,4%	119,9	179,0	49,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	9,8	3,1	(4,1)	-141,4%	-233,1%	18,9	0,6	-96,8%
(+) Imposto de Renda/CSLL	8,1	12,7	14,8	83,0%	16,8%	41,2	46,1	11,8%
(+) Depreciação e Amortização	19,4	12,3	13,1	-32,2%	6,8%	63,8	49,5	-22,4%
(=) EBITDA	46,6	65,6	90,9	95,1%	38,5%	243,7	275,1	12,9%
Margens								
Margem Bruta	24,2%	25,7%	26,0%	1,7pp	0,3pp	26,7%	25,6%	-1,1pp
Margem EBITDA	9,9%	10,7%	14,3%	4,4pp	3,6pp	11,5%	12,0%	0,5pp
Margem Líquida	2,0%	6,2%	10,6%	8,6pp	4,4pp	5,7%	7,8%	2,1pp

Nota: desempenho das aquisições a partir da data de conclusão no 4T21.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas a distribuição de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver. O montante é distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo a distribuição facultativa de dividendos complementares em montantes a serem determinados pela Companhia que, em caso de deliberação, deve ser submetida à aprovação de Assembleia de Acionistas.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

No 4T21 a Companhia possuía capital social total composto por 370 milhões de ações, sendo 110,7 milhões de ações em circulação no mercado (*free float*)⁵¹, representando aproximadamente 30% do capital total.

Ao final de fev/21, a Companhia detinha 9.986.500 ações em tesouraria. Em abril de 2022, o Conselho de Administração aprovou um novo programa de recompra de ações, com objetivo de maximizar a alocação de capital e geração de valor para os acionistas. O programa está em execução e autoriza a recompra de até 10 milhões de ações no prazo de 18 meses.

Além disso, foi aprovado o cancelamento de 10 milhões de ações em tesouraria. Com isso, o total de ações de emissão da Companhia passou a ser 360 milhões de ações em abril de 2022. Ao final do exercício de fevereiro/2022, aproximadamente 45% de nossas ações estavam detidas por investidores locais e 55% com investidores estrangeiros, comparado com 58% investidores locais e 42% investidores estrangeiros no IPO. Em número de acionistas, registramos 115 investidores institucionais (vs. 117 em nov/21) e mais de 43 mil investidores varejo (pessoas físicas e outros investidores PJ), comparado a 3 mil em dez/17 logo após o IPO



CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03

—☆ continuação **BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2022 E 2021** (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	Nota	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022		28/02/2021	Nota	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022
Ativo					Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.239.750	710.343	1.596.350	1.081.955	14	785.224	406.973	1.101.036	673.599
Aplicações financeiras	5	33.712	32.923	33.712	32.923	15	108.427	609.801	599.910	682.135
Contas a receber	6	725.515	626.048	1.212.366	945.120	16	8.926	23.658	11.602	23.687
Adiantamento a fornecedores	24.485	4.899	24.485	4.899	24.485	16	34.073	47.302	20.679	21.745
Estoques	7	936.549	897.064	1.646.697	1.456.780	16	25.371	34.460	38.779	49.447
Instrumentos financeiros	24	528	1.144	528	1.144	16	7.685	6.363	7.685	6.363
Tributos a recuperar	8	163.776	114.278	195.020	145.633	16	12.858	9.724	47.922	34.871
Partes relacionadas	16	14.341	1.720	12.421	43.411	16	32.721	24.956	53.028	47.995
Despesas antecipadas	6.020	11.724	12.698	16.716	6.020	6.822	8.216	9.672	8.374	8.374
Bens destinados à venda	46.589	38.309	46.589	38.309	46.589	9.181	8.826	51.125	31.603	31.603
Outros créditos	19.243	7.170	48.224	37.145	19.243	1.048.945	1.197.656	1.964.667	1.600.825	1.600.825
Total do ativo circulante		3.210.508	2.445.622	4.829.110	3.804.035					
Não circulante					Não circulante					
Tributos a recuperar	8	178.969	205.167	189.761	205.167	15	2.501.633	1.263.030	2.663.820	1.513.186
Adiantamento a fornecedores	16	-	1.889	-	1.889	13	128.418	141.548	143.054	148.293
Partes relacionadas	16	-	-	70.965	-	19	1.677	7.814	25.114	8.050
Estoques	7	15.404	22.303	44.453	53.108	19	82.707	77.946	10.961	113.326
Depósitos judiciais	17	7.968	6.596	9.757	8.010	17	24.896	17.870	46.204	24.854
Outros créditos	10.753	370	10.768	386	10.753	9.e	77.606	42.923	77.606	42.923
Investimentos	10	213.094	236.325	325.704	268.560	10	2.509	-	-	-
Imobilizado	11	994.809	743.103	1.595.529	1.170.545	10	1.054	1.858	28.520	6.623
Intangível	12	450.645	284.628	984.928	717.743	10	2.838.590	1.552.889	3.087.302	1.857.254
Ativos de direito de uso	13	138.580	153.889	160.953	167.855	18.a	950.374	950.374	950.374	950.374
		3.342.733	2.777.306	7.776.156	2.094.192	18.c	(105.752)	(44.414)	(105.752)	(44.414)
Total do ativo não circulante		3.555.827	3.013.631	3.101.860	2.362.752	18.d	13.051	9.281	13.051	9.281
Total do ativo		6.766.335	5.459.253	7.930.970	6.166.787		1.470.839	1.083.937	1.470.839	1.083.937

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
Receita líquida de vendas e serviços	20	6.619.973	5.369.935	9.015.855	7.465.979
Custos das vendas e serviços	21	(6.453.973)	(4.282.520)	(7.237.702)	(5.804.994)
Lucro bruto		1.166.000	1.087.415	1.778.153	1.660.985
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	(495.649)	(423.395)	(807.525)	(701.222)
Despesas gerais e administrativas	21	(305.309)	(243.222)	(443.197)	(360.858)
Equivalência patrimonial	10	219.750	118.165	164	(1.317)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	(11.049)	23.057	109.334	24.604
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		573.743	562.020	636.929	622.192
Despesas financeiras	22	(316.975)	(318.709)	(345.909)	(363.235)
Receitas financeiras	22	190.198	252.646	218.319	278.206
Resultado financeiro líquido	22	(26.777)	(66.063)	(127.590)	(85.029)
Resultado antes dos impostos		446.966	495.957	509.339	537.163
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		16.865	(34.258)	(31.064)	(73.449)
Diferido		13.953	977	446	(1.038)
Total Imposto de renda e contribuição social	19	30.818	(33.281)	(30.618)	(74.487)
Lucro líquido do exercício		477.784	462.676	478.721	462.676
Lucro do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia		477.784	462.676	477.784	462.676
Acionistas não controladores da Companhia		-	-	937	-
Lucro líquido, básico por ação		477.784	462.676	478.721	462.676
do capital social - R\$	18.b	1.3156	1.2541	1.3156	1.2541
do capital social - R\$	18.b	1.2981	1.2461	1.2981	1.2461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FIMOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Gastos com emissão de ações	Ações em tesouraria	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes e custo atribuído	Total
					Reserva especial de ações	Opções outorgadas	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Legal	Incentivos fiscais				
Saldos em 29 de fevereiro de 2020		950.374	(12.380)	-	220	4.895	74.755	720.429	41.959	-	33.441	435.679	2.249.372	
Realização de depreciação do valor justo, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	-	4.118	-	(4.118)	-	
Aquisição de ações em tesouraria	18.c	-	-	(44.414)	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.414)	
Opção de ações outorgadas	18.d	-	-	-	6.646	-	-	-	-	-	-	6.646	-	
IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	18.d	-	-	-	(2.260)	-	-	-	-	-	-	(2.260)	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	462.676	-	462.676	-	
Variação cambial sobre investimentos no exterior	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	290.129	290.129	
Destinação proposta:														
Constituição de reserva legal	18.e	-	-	-	-	-	13.253	-	(13.253)	-	-	-	-	
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18.f	-	-	-	-	-	197.615	-	(197.615)	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios	18.e	-	-	-	-	-	-	-	(63.981)	-	-	(63.981)	-	
Dividendos adicionais propostos do exercício	18.e	-	-	-	-	-	-	-	(41.959)	(114.060)	(33.441)	(189.460)	-	
Constituição de reserva de retenção de lucros	18.e	-	-	-	-	-	-	-	77.885	(77.885)	-	-	-	
Saldos em 28 de fevereiro de 2021		950.374	(12.380)	(44.414)	220	9.281	88.008	918.044	77.885	-	-	721.690	2.708.708	
Saldos em 28 de fevereiro de 2022		950.374	(12.380)	(105.752)	220	13.051	105.518	1.045.621	319.700	-	562.448	2.878.800	2.012.879.000	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FIMOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
Lucro líquido do exercício	477.784	462.676	478.721	462.676
Acionistas controladores da Companhia	477.784	462.676	477.784	462.676
Acionistas não controladores da Companhia	-	-	937	-
Outros resultados abrangentes:				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(155.124)	290.129	(155.124)	290.129
Resultado abrangente do exercício líquido de impostos	322.660	752.805	323.597	752.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FIMOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/03/2021 a 28/02/2022	01/03/2020 a 28/02/2021	01/03/2021 a 28/02/2022	01/03/2020 a 28/02/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	446.966	495.957	509.339	537.163
Lucro antes dos impostos sobre a renda nas operações em continuidade	446.966	495.957	509.339	537.163
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(219.750)	(118.165)	(164)	1.317
Encargos financeiros provisionados	163.373	87.473	175.670	91.614
Juros provisionados - passivo de arrendamento	6.416	5.249	6.554	5.991
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(879)	(1.543)	(1.050)	(1.283)
Provisão (reversão) para descontos	(3.296)	28.927	(3.296)	28.927
Provisão para demandas judiciais	7.686	6.670	24.399	4.826
Provisão para perda de imobilizado	516	-	516	-
Provisão (reversão) de outras contas	10.797	(5.981)	9.838	(5.981)
Amortizações - intangível	79.009	67.477	125.813	119.111
Depreciações - intangível	14.616	7.580	18.575	9.606
Amortizações - ativo de direito de uso	21.596	25.982	28.470	36.107
Baixa bens do imobilizado	14.686	(837)	31.861	1.959
Baixa intangível	3	2	3	2
Baixa - ativo de direito de uso	(1.727)	(253)	(1.743)	(251)
Gainho por compra vantajosa	(918)	-	(46.329)	-
Opções outorgadas	5.712	6.646	5.712	6.646
Dividendos recebidos	54.806	605.194	884.166	835.754
Redução (aumento) nos ativos	(46.839)	(150.883)	(261.926)	(182.745)
Contas a receber	7.709	(173.017)	(173.665)	(192.165)
Estoques	59.214	223	(16.445)	13.207
Tributos a recuperar	(55.174)	21.011	(11.293)	15.267
Outros ativos circulantes e não circulantes	(35.090)	(302.666)	(463.329)	(346.436)
Total dos ativos (Redução) aumento nos passivos	378.081	72.872	450.248	113.264
Fornecedores	(9.500)	18.714	(2.409)	25.311
Salários e encargos a pagar	(42.419)	(9.754)	5.703	(26.982)
Obrigações tributárias	(86.069)	(35.721)	(265.368)	(34.287)
Juros passivos sobre empréstimos e derivativos	(97.391)	(56.539)	(100.772)	(73.913)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(22.647)	(19.653)
Dividendos recebidos	142.702	73.136	64.755	(16.280)
Total dos passivos	652.418	375.664	485.594	473.058
Fluxos de caixa gerado pelas atividades operacionais	446.966	495.957	509.339	537.163
Fluxos de caixa das atividades de investimento:				
Aplicações financeiras, líquidas	(789)	(631)	(789)	(631)
Caixa recebido pela venda de imobilizado	2.441	559	28.598	1.460
Pagamento por combinação de negócios	(261.809)	-	(416.377)	-
Aumento de capital em controladas	(175.262)	-	-	-
Caixa advindo de incorporação/aquisições de controladas	2.272	-	29.242	-
Adições ao imobilizado	(109.323)	(159.067)	(160.933)	(194.256)
Adições ao intangível	(72.410)	(16.583)	(74.902)	(20.533)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(614.789)	(175.722)	(595.161)	(213.960)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Captação de empréstimos				



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio de emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. **2.4. Informação por segmento:** O CPC 22/NBC TG 22 (R3)/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A partir do exercício findo em fevereiro de 2014, a Companhia passou a se organizar no segmento de negócios por área geográfica, ficando consistente com os princípios e conceitos utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia na avaliação de desempenho, que consideram a Companhia como uma plataforma de alimentos no Brasil e Internacional. As informações são analisadas por segmento como segue: **Alimentício Brasil:** Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados, açúcar e massas. Após a aquisição do negócio de café, o mesmo foi incorporado ao grupo de grãos. **Alimentício Internacional:** Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile, Peru e Equador, na linha de produtos de grãos. **2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações financeiras, de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Ativos e passivos das controladas localizadas no exterior são convertidos para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios. Os ganhos ou perdas de conversão são registrados ao patrimônio líquido na rubrica de Outros Resultados Abrangentes. **Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Na tabela a seguir divulgamos as taxas de câmbio em Reais em vigor na data-base dessas demonstrações financeiras:

Taxa final	28/02/2022	28/02/2021
Dólar EUA (USD*)	5,1394	5,5302
Peso Chile (CLP)	0,0064	0,0077
Novo Sol/Peru (PEN)	3,3525	1,5157

* As controladas no Uruguai e Equador utilizam o Dólar EUA como moeda funcional.

2.6. Receita de contrato com cliente: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. É mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. (i) **Contraprestação variável:** Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de produtos para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorrerá evento de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. • **Direito de devolução:** Alguns contratos concedem ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período especificado. O Grupo utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos, porque este método prevê melhor o valor da contraprestação variável a que o Grupo terá direito. • **Descontos concedidos:** O Grupo considera os descontos firmados em contratos e tem controle dos descontos pontuais de suas negociações, para garantir que a receita reconhecida esteja líquida destes impactos. Os programas de incentivos e descontos incluem análise por performance de vendas baseadas em volume e por ações de marketing executadas nos pontos de venda. (ii) **Componente de financiamento significativo:** O Grupo recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Quando o expediente prático contido no CPC 47/NBC TG 47/IFRS 15, o Grupo não atribui o valor do empreendimento de contraprestação de efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência dos produtos prometidos para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos. **Saldos de contratos: Contas a receber de clientes:** Um recebível representa o direito do Grupo a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). **Passivos de reembolso:** Um passivo de restituição é a obrigação de reembolsar total ou parcialmente a contraprestação recebida (ou a receber) do cliente, sendo mensurado pelo montante que o Grupo espera, em última análise, ter de devolver ao cliente. **Custo de obtenção de contrato:** O Grupo paga comissão de vendas aos seus representantes comerciais para cada venda de produtos realizada e a respectiva contraprestação recebida. **2.7. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas. Quando o benefício econômico a ser recebido é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, atendendo à competência do crédito. **2.8. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do Balanço Patrimonial. No Brasil, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda, sob forma de tributação pelo lucro real, é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. No Uruguai a alíquota é de 25%, no Chile de 27%, no Peru 29,5% e no Equador 25%, sendo que no Brasil esses resultados são tributados de acordo com a Lei nº 21.195/2001 e a Lei nº 12.526/2012. Imposto de renda - contribuição social: Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão pode ser controlado e é provável que estas diferenças não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável efetivo disponível para que estas diferenças possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos tributos diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço patrimonial e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial. O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e são relacionados e sujeitos à mesma autoridade tributária. A Companhia não registra tributos diferidos passivos sobre o ágio oriundo das aquisições conforme orientação CPC32 (IAS 12) parágrafo 15A. **Tributos sobre as vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso. • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquotas	0,00% a 20,00%
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0,00% a 20,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	0,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,00% a 1,65%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0,00% a 5%
ISSN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2% a 5%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (*)	1,5%

(*) Refere-se ao percentual devido pela controlada Ciclo Logística Ltda., com o advento da Lei de desoneração da folha de pagamento.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos ou das despesas gerais e administrativas, na demonstração do resultado, conforme a origem do dispêndio. Os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos. As vendas das empresas do Grupo localizadas no exterior estão sujeitas ao imposto sobre valor agregado (IVA).

Alíquotas	10% a 22%
Uruguai	10% a 22%
Chile	19%
Peru	18%
Equador	12%

2.9. Ativos não circulantes mantidos para venda: O Grupo classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excetuadas de suas financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes como mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas a termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. A Administração do Grupo está comprometida com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação. Acidentes ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A Companhia mantém classificado como mantido para venda aqueles itens em que o motivo do atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da entidade e se houver evidência suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de venda do ativo. Ativos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. **2.10. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Conforme o pronunciamento técnico CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9, ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJRT"). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 (IAS 39) de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao valor justo por meio do resultado determinado de acordo com o CPC 47/NBC TG 47/IFRS 15. Vide políticas contábeis em nota explicativa 2.6 - Receita de contrato com cliente. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores (incluindo os convênios), contas a pagar, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço patrimonial de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de

ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou compra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se elimino, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado, como por exemplo, os instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; • O Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "respass"; e (a) o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. **Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:** O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não deitados pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui em passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de linhas de crédito, cujo fornecedor recebeu antecipadamente no exercício findo em 28 de fevereiro de 2022. Devido às características de negociação comercial de parte de fornecedores da Companhia estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de créditos da Companhia com as instituições, conforme nota explicativa 14. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, uma vez que o saldo final dos instrumentos financeiros derivativos, resultaram um ativo. **Empréstimos e recebíveis:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. **Debêntures:** Inicialmente registradas pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Desreconhecimento de renda passiva:** Um passivo é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.11. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, hedge financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. A Companhia não operou com hedge accounting durante os exercícios findos em 28 de fevereiro de 2022 e 2021. **2.12. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de até 90 dias de prazo de vencimento, e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente convertíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo. Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados. Quando as aplicações financeiras não se enquadram nos critérios de equivalentes de caixa, são classificados na rubrica Aplicações financeiras, separadamente. **2.13. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção pela média móvel ponderada. No Uruguai, especificamente, os termos e condições de comercialização de parcela significativa da produção agrícola do arroz celebrados entre os produtores rurais e as indústrias são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias ("Gremial de Molinos") e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país ("Asociación de Cultivadores de Arroz"). O mecanismo de cálculo do preço da saca de arroz com casca é estabelecido em acordo formal tendo como base o preço de venda obtido pelas indústrias na comercialização do arroz a cada safra, deduzido de custos e despesas previamente acordados com a Associação de Cultivadores de Arroz e uma margem mínima assegurada às indústrias. Este preço é definido pela Associação de produtores e as indústrias quando aproximadamente 90% da safra agrícola uruguia se encontra efetivamente negociada e vendida pelas indústrias, o que ocorre usualmente no primeiro trimestre do ano subsequente à colheita da safra do ano corrente. Para permitir a concessão de adiantamentos por parte das indústrias e liquidações parciais das compras de arroz, a associação de produtores e as indústrias estabelecem ao final de cada safra, usualmente em junho de cada ano, um preço provisório para fins de referência ao mercado. Os pagamentos parciais efetuados são complementados pelas indústrias ou devolvidos pelos produtores quando da definição do preço definitivo. **2.14. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.15. Imobilizado:** Os itens de imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso, e de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como tributos a recuperar, quando aplicável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Taxas nominais anuais de depreciação	Controladora	Consolidado
Prédios	4%	3,47%
Máquinas e equipamentos	10%	9,6%
Móveis e utensílios	10%	12,59%
Veículos	10%	18,55%
Instalações	10%	6,33%
Beneficiários	4%	3,5%
Computadores e periféricos	20%	24,01%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **2.16. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.17. Ativos Intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para aqueles intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

Taxas nominais anuais de amortização	Controladora	Consolidado
Software	20%	14%
Relacionamento com clientes	11%	11%
Contrato de não competição	20%	20%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio, marcas e patentes, de empresas adquiridas) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC), considerando os segmentos definidos pela Companhia. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser

justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **Ágio (Goodwill):** O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de ágio, o valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs, considerando os segmentos de negócios definidos pela Administração. **2.18. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados consideram cinco anos somados à perpetuidade e são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos (*impairment*). **2.19. Provisões:** **Geral:** Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso. **Provisões para demandas judiciais:** Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As demais estimativas e provisões podem ser verificadas nas Notas 2.18 e 3. **2.20. Arrendamentos:** **Arrendamentos:** A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao objeto do contrato de um determinado ativo. Os tipos de contratos de arrendamento são: **Arrendamento de bens:** CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1)/NBC TG 06 (R2)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabeleça os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são: (i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente; (ii) As despesas de arrendamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo. **Transação:** A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1)/NBC TG 06 (R2)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabeleça os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são: (i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente; (ii) As despesas de arrendamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo. **Transação:** A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1)/NBC TG 06 (R2)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabeleça os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são: (i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente; (ii) As despesas de arrendamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo. **Transação:** A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1)/NBC TG 06 (R2)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabeleça os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são: (i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente; (ii) As despesas de arrendamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo. **Transação:** A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1)/NBC TG 06 (R2)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabeleça os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são: (i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente; (ii) As despesas de arrendamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo. **Transação:** A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1)/NBC TG 06 (R2)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabeleça os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são: (i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente; (ii) As despesas de arrendamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo. **Transação:** A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1)/NBC TG 06 (R2)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabeleça os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são: (i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente; (ii) As despesas de arrendamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo. <



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

conclusão. Não obstante discorre sobre a validade de orientações das áreas técnicas da CVM contidas em ofícios circulares referentes a anos anteriores e Companhia entende que o que é devido e necessário relacionado a estes itens, está refletido neste documento. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, estão descritos abaixo e incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir: **Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros.** Uma perda por redução do valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, que derivam de orçamento de 5 anos, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. No caso de *goodwill*, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do *goodwill*, o montante do *goodwill* apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação do valor recuperável existe quando o *goodwill* é monitorado para fins internos. **Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis.** A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado. **Provisões para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

	Controladora	Consolidado
Disponibilidades	3.461	1.081
Aplicações financeiras	1.236.289	709.262
	1.239.750	710.343

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, há investimentos representados por investimentos em renda fixa, substancialmente representados por Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas, com rendimento médio de 91,71% do CDI (98,29% em 28 fevereiro de 2021) podendo ser resgatáveis em até 90 dias das datas de contratação, contra os respectivos emissores, sem alteração significativa do rendimento pactuado. Estas aplicações são mantidas em instituições avaliadas com baixo risco de crédito e solidez no mercado.

	Taxa média anual	Controladora	Consolidado
Investimentos em renda fixa, sem carência, com bloqueio judicial	99,66% do CDI	33.712	32.923
		33.712	32.923

Assim como as aplicações classificadas como equivalentes de caixa, há investimentos representados substancialmente por CDBs, com restrição por estarem vinculados como garantias a processos tributários, submetidos a avaliação judicial anualmente.

	Controladora	Consolidado
Títulos a vencer	765.299	670.804
Títulos vencidos até 30 dias	3.540	1.665
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	409	507
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	278	807
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	1.128	570
Títulos vencidos a mais de 181 dias	3.704	3.421

Descontos concedidos (a)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	(47.602)	(18.675)
Adições	(294.902)	(189.959)
Reversões/Baixas	298.198	161.032
Saldo no final do exercício	(44.306)	(47.602)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	(4.124)	(5.667)
Variação cambial	-	266
Aquisição do Café Bom Dia	-	(1.068)
Aquisição/Incorporação da Pastificio Santa Amália	(1.292)	(1.292)
Adições	(2.884)	(3.162)
Reversões	151	938
Baixas	3.612	3.767
Saldo no final do exercício	(4.537)	(4.124)

	Controladora	Consolidado
Produto acabado	328.445	312.279
Materia-prima e insumos	145.664	246.300
Materia de embalagem	119.255	71.730
Adiantamento a fornecedores (a)	306.368	248.234
Outros	951.953	919.367
Circulante	936.549	897.064
Não circulante (b)	15.404	22.303

(a) Adiantamentos efetuados a produtores de arroz para assegurar a compra de matéria-prima, dos quais R\$15.404 (R\$23.703 em 28 de fevereiro de 2021), na controladora, e R\$35.816 (R\$45.064 em 28 de fevereiro de 2021) no consolidado, estão classificados no ativo não circulante, conforme expectativa de realização; (b) O saldo consolidado não circulante também é composto por materiais de embalagem e outros itens de estoque, totalizados em R\$8.637 (R\$8.045 em 28 de fevereiro de 2021). Desde o início da pandemia de COVID tivemos uma alteração relevante na dinâmica de compras de materiais de embalagem. O reajuste de preço médio no ano de materiais plásticos, papel e aço chegou a índices maiores de 40%, ocasionando uma pressão nas compras desses produtos. Estes tiveram aumento de seus estoques para garantir a manutenção de um custo competitivo para nossos produtos, além do aumento da quantidade de produtos, observamos também um incremento no preço médio de compra desses itens. Adicionalmente, tivemos a aquisição da Santa Amália e aquisição da Agroindústrias Dajahu S.A. no Equador que trouxe maior volume a nossos saldos de o estoque. A redução de venda de pescados, devido à falta de insumos, ocasionou o aumento do estoque de latas e tivemos a necessidade de aumento do estoque de aço para garantirmos suprimento futuro de produtos.

	Controladora	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social (a)	72.309	77.989
PIS e COFINS (b)	201.525	184.106
ICMS	26.710	23.594
IRPJ	6.404	5.459
Demais tributos	35.797	28.297
Circulante	342.745	319.445
Não circulante	163.776	114.278

Segue abaixo os itens não recorrentes, reconhecidos em tributos a recuperar no exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2022: a) Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema 962), declarando inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os juros de mora e correção monetária atinentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição dos débitos tributários. No exercício findo em 28 fevereiro de 2022, realizada a reversão do IRPJ e da CSLL calculados sobre os juros SELIC no montante de R\$25.640, conforme na nota explicativa 19. b) Em 2021, a Companhia reconheceu através da aquisição da Pastificio Santa Amália os créditos atualizados referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS do período de maio de 1990 até dezembro de 2021, no montante de R\$24.304. A Companhia possui três processos em relação a este tema: Processo 0014958-72.2000.4.01.3800 (PIS) e 0014959-57.2000.4.01.3800 (COFINS), já transitados em julgado, e o Mandado de Segurança nº 0004052.15.2008.4.01.3809, que discute ambos os tributos, ainda não transitado em julgado, ajuizado em 27/08/2008, já na vigência das Leis nºs. 10.637/2002 e 10.833/2003, que instituíram a sistemática da não cumulação para o PIS e para a COFINS, respectivamente. **9. Combinação de Negócios:** a) Aquisição no Equador dos negócios de produção e processamento de arroz da Agroindústrias Dajahu S.A. ("Dajahu") e da Transportes Ronaljavhu S.A. ("Ronaljavhu"). Em 27 de julho de 2021, a controlada Camilam Ecuador S.A.S. celebrou o contrato de compra referentes aos negócios de arroz da Agroindústrias Dajahu S.A. e a totalidade das ações de emissão da companhia Transportes Ronaljavhu S.A. no Equador. Os negócios adquirentes operam no Equador como um dos líderes em marca de arroz, com *market share* significativo e elevado potencial de crescimento. A operação está alinhada com a estratégia da Companhia e representa um importante passo para a expansão da Camil na América Latina em novas geografias. A Camil possui um histórico consistente de crescimento e ampliação de participação de mercado por meio de aquisições. Essa mais recente aquisição consiste em um passo importante para o ingresso da Companhia no mercado do Equador, alinhado aos objetivos estratégicos da Companhia de aquisições de marcas e ativos no setor de alimentos na América Latina. A operação foi concluída em 15 de setembro de 2021, após conclusão de todas as condições precedentes. O preço da aquisição da operação totalizou US\$3.710, equivalente a aproximadamente R\$217.567. A Companhia está em fase final de mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e do *goodwill* ou *apuração de compra vantajosa (bargain)*. A seguir, apresentamos o cálculo apurado e as alocações do valor justo no balanço patrimonial, conforme laudo, apurado por empresa especializada:

	Valor contábil	Mais-valia	Valor justo
Total contraprestação (I)	217.567	-	217.567
Caixa adquirido (ii)	13.506	-	13.506
Total da contraprestação líquida	204.061	-	204.061
Em 30/09/2021			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	13.506	-	13.506
Ativo circulante	369	-	369
Contas a receber	19.874	-	19.874
Estoques	27.190	-	27.190
Imobilizado (nota explicativa 11)	174.797	39.177	213.974
Marcas (nota explicativa 12)	-	16.410	16.410
	235.736	55.587	291.323

Passivo
Passivo circulante 26.512 - 26.512
Passivo não circulante 1.833 - 1.833
28.345 - 28.345
207.391 55.587 262.978
- - (45.411)
- - 217.567

Ativos líquidos
Compra vantajosa (bargain) (nota explicativa 23)
Total contraprestação (I)
a) Aquisição Pastificio Santa Amália S.A.: Em 16 de agosto de 2021, a Camil Alimentos S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda da totalidade das ações da Pastificio Santa Amália S.A. ("PSA" ou "Santa Amália"). A Santa Amália é uma das companhias de massas mais tradicionais e renomadas do Brasil, incluindo liderança no estado de Minas Gerais (MG), com marcas de destaque na categoria de massas e um portfólio completo de marcas premium e de ocupação na categoria. A complementariedade geográfica, com liderança em região com potencial de crescimento para as categorias atuais da Camil e seu posicionamento com potencial de crescimento nacional, reforça a estratégia da Companhia de aquisições. A operação representa um importante passo para a diversificação e entrada em novas categorias e expansão geográfica da Camil no Brasil. Em 29 de outubro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital social da Pastificio Santa Amália, cujo Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças havia sido celebrado em 16 de agosto de 2021. Foi acordado o pagamento de R\$239.809, dos quais R\$198.809 foram liquidados na data de fechamento da operação e o valor remanescente de R\$41.000 foi retido pela Companhia, e será desembolsado de acordo com os prazos previstos em contrato, após dedução de possíveis perdas incorridas relativas a fatos inesperados vinculados à operação adquirida atualizados pela SELIC. Em 28 de fevereiro de 2022, o saldo atualizado é de R\$ 41.907 (nota explicativa 9.e). A composição da contraprestação e a identificação do valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos, estão demonstrados abaixo:

	Valor contábil	Mais-valia	Valor justo
Valor pago na aquisição	198.809	-	198.809
Valor retido (alocado na rubrica outras contas a pagar)	41.000	-	41.000
Total da contraprestação (I)	239.809	-	239.809
Caixa adquirido (ii)	12.106	-	12.106
Total da contraprestação líquida	227.703	-	227.703
A Companhia está em fase final de mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e do <i>goodwill</i> ou <i>apuração de compra vantajosa (bargain)</i> . A seguir, apresentamos o cálculo apurado e as alocações do valor justo no balanço patrimonial, conforme laudo, apurado por empresa especializada:			
Em 31/10/2021			
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa (ii)	12.106	-	12.106
Ativo circulante	57.066	-	57.066
Contas a receber	34.628	-	34.628
Estoque	54.715	5.926	60.641
Tributos diferidos (*)	30.948	(54.888)	(23.940)
Imobilizado (nota explicativa 11)	123.962	115.004	238.966
Intangível (nota explicativa 12)	10.901	97.971	108.872
	324.326	164.013	488.339

Passivo
Passivo circulante (**) 251.961 - 251.961
Passivo não circulante 9.851 - 9.851
261.812 - 261.812
62.514 164.013 226.527
- - 13.282
- - 239.809

Ativos líquidos
Ágio (Goodwill) - (nota explicativa 12)
Total contraprestação (I)
(*) Nas demonstrações financeiras os valores de impostos diferidos são apresentados pelo líquido entre ativos e passivos. (**) Refere-se, substancialmente ao saldo de empréstimos com a antiga controladora que foi liquidado subsequentemente pelo valor de R\$ 164.934. Posteriormente à aquisição, com o intuito de maximizar a para sinergia entre os negócios no Brasil, incluindo perspectivas de melhorias em custo e estrutura, a Administração decidiu por incorporar a Pastificio Santa Amália S.A. na Camil S.A., conforme aprovação em 30 de dezembro de 2021, e realizada dia 01 de janeiro de 2022. O acervo líquido incorporado à Camil (Controladora), está demonstrado abaixo:

	Pastificio Santa Amália
Caixa e equivalentes de caixa	2.272
Contas a receber	50.894
Estoques	37.854
Tributos a recuperar	29.698
Outros ativos	1.455
Ativo não circulante:	
Tributos a recuperar	13.379
Tributos diferidos	17.888
Ativo imobilizado (nota explicativa 11)	123.673
Ativo intangível (nota explicativa 12)	10.677
Ativos de direito de uso (nota explicativa 13)	6.801
Outros ativos	1.816
Total dos ativos	296.406
Passivo circulante:	
Fornecedores	170
Empréstimos (nota explicativa 15)	1.959
Passivos de arrendamento (nota explicativa 13)	3.313
Obrigações sociais	8.176
Tributos a recolher	8.090
Outras obrigações	5.085
Passivo não circulante:	
Empréstimos (nota explicativa 15)	767
Passivo de arrendamento (nota explicativa 13)	4.194
Partes relacionadas	35.600
Tributos a recolher	2.409
Tributos diferidos	1.243
Outras contas a pagar	105.955
Total dos passivos	190.551
Acervo líquido incorporado (nota explicativa 10)	100.855
(*) Investimento Estratégico na Café Bom Dia e Agro Coffee: Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Investimento e Outras Avenças com a Café Bom Dia Ltda. - Em Recuperação Judicial ("Café Bom Dia") e com a Agro Coffee Comércio Importação e Exportação S.A. - Em Recuperação Judicial ("Agro Coffee"). Como resultado da operação, a Camil alcançou a participação de 97,71% do capital social da Café Bom Dia, mediante a integralização de R\$62.000, através de aumento de capital dessa sociedade e participação de 90,33% do capital social da Agro Coffee, mediante a integralização de R\$1.000, também através de aumento de seu capital. Não houve pagamento ou contas a pagar junto aos antigos acionistas, referente à contraprestação, uma vez que houve o aumento de capital na própria companhia, para liquidação de suas dívidas com terceiros. A empresa conta com uma planta industrial em Varginha (MG), que será utilizada para operacionalizar a atuação da Companhia na categoria de café com suas outras marcas, União e Seletto, além das marcas da Café Bom Dia acima mencionada. A Agro Coffee é uma companhia que atua com o comércio, importação e exportação de café e será utilizada como meio de aquisição das matérias-primas e insumos a serem utilizados pela companhia. Em 20 de dezembro de 2021, foram concluídas as condições precedentes previstas no Contrato de Investimento e Outras Avenças. O valor de investimento aportado nas sociedades totalizou R\$63.000.	

	Valor contábil	Mais-valia	Valor justo
Em 31/12/2021			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	3.566	-	3.566
Ativo circulante	2.404	-	2.404
Ativo não circulante	1.044	-	1.044
Contas a receber	8.306	-	8.306
Estoque	1.258	-	1.258
Tributos diferidos	31.089	-	31.089
Imobilizado (nota explicativa 11)	9.901	20.771	30.672
Marcas (nota explicativa 12)	15	32.278	32.293
	57.583	53.049	110.632

Passivo
Passivo circulante (*) 119.528 - 119.528
Passivo não circulante (*) 62.155 - 62.155
181.683 - 181.683
(124.100) 53.049 (71.051)
- - (1.422)
- - 69.629

Ativos líquidos
Minoritário
Compra vantajosa (bargain) (nota explicativa 23)
Total contraprestação (I)
d) Aquisição da Unidade de Negócios de Pet Food da Empresas IANSA no Chile: Em 22 de janeiro de 2020, a controlada Empresas Tucape S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Ativos da LDA SpA e os ativos relacionados à Unidade de Negócios de Pet Food da Empresas IANSA S.A. ("LDA"). O valor final da operação totalizou CLP37.000.000 (trinta e sete bilhões de pesos chilenos) equivalente a aproximadamente R\$200.000. A conclusão da transação estava sujeita a condições usuais a este tipo de operação, que até a data de 28 de fevereiro de 2022 não haviam sido cumpridas. Em 07 de abril de 2022, a Companhia decidiu não seguir com a aquisição da unidade de negócios de pet food da Empresas IANSA no Chile. A desistência do negócio não gerou nenhum impacto financeiro a Companhia. e) Contas a pagar na aquisição dos investimentos:

	Controladora e Consolidado
28/02/2022	28/02/2021
Aquisição SLC Alimentos (i)	35.699
Aquisição Pastificio Santa Amália (nota 9.b)	41.907
	77.606

i) Em 3 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital social da SLC Alimentos Ltda., cujo Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças havia sido celebrado em 26 de outubro de 2018.

Foi acordado o pagamento de R\$180.000, dos quais R\$140.000 foram liquidados na data de fechamento da operação e o valor remanescente de R\$40.000 foi retido pela Companhia, e será desembolsado de acordo com os prazos previstos em contrato, após dedução de possíveis perdas incorridas relativas a fatos inesperados vinculados à operação adquirida atualizados pela SELIC. Em 28 de fevereiro de 2022 o saldo é de R\$ 35.699 (R\$ 42.923 em 28 de fevereiro de 2021).

	Controladora	Consolidado
28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022
Investimento em controladas	1.427.968	1.400.354
Investimento em coligadas	-	-
Ágio na aquisição de investimento (*)	278.243	195.332
Mais-valia na aquisição de investimentos	52.488	-
	1.758.699	1.595.686

(*) Para fins de consolidação, os ágios gerados pelas aquisições de investimentos são alocados no Ativo Intangível (nota explicativa 12) e a mais-valia no Ativo Imobilizado (nota explicativa 11), conforme previsto pelo CPC 15 (R1)/NBC TG 15 (R4)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022
1.595.686	1.270.956	38.049
Integralização de capital Pastificio Santa Amália	175.000	-
Integralização de capital Camil Ecuador	262	-
Integralização de capital Café Bom Dia (a)	62.000	-
Integralização de capital AgroCoffee (b)	1.000	-
Aquisição de investimento Pastificio Santa Amália (c)	239.809	-
Incorporação Pastificio Santa Amália (c)	(190.551)	-
Mais-valia de aquisição da Pastificio Santa Amália (c)	(210.563)	-
Amortização da Mais-valia (e)	(8.897)	-
Equivalência patrimonial	228.650	118.165
Recebimento de Dividendos (*)	-	(83.564)
Passivo a descoberto em controlada (**)	20.509	-
Compra vantajosa (b)	918	-
Varição cambial em investimentos (d)	(155.124)	290.129
Saldo final	1.758.699	1.595.686



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Contrato de não competição	Software em desenvolvimento	Total	Controladora	Consolidado
Saldo em 29/02/2020	26.036	-	240.085	5.653	1.165	2.699	275.638	188.002	221.656
Aquisições	-	-	-	-	-	16.583	16.583	190.661	211.021
Amortizações	(2)	-	-	-	-	-	(2)	(39.705)	(45.816)
Transferências	(6.558)	-	-	(722)	(311)	-	(7.590)	2.773	3.619
Saldo em 28/02/2021	22.700	-	240.085	4.931	854	16.058	284.628	-	-
Incorporação Pastificio Santa Amália (Nota explicativa 9)	10.677	-	84.277	13.273	-	-	108.226	-	-
Aquisições (a)	8.304	-	51.464	-	-	12.642	72.410	-	-
Amortizações	(3)	-	-	-	-	-	(3)	-	-
Transferências	(13.162)	-	-	(1.143)	(311)	-	(14.616)	-	-
Saldo em 28/02/2022	50.630	-	375.826	17.061	544	6.584	450.645	-	-

	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Contrato de não competição	Software em desenvolvimento	Total	Controladora	Consolidado
Saldo em 29/02/2020	35.009	292.841	328.499	5.653	1.165	2.699	665.666	41.635	79.683
Variação cambial	2.200	18.643	15.711	-	-	4.598	41.152	115.614	-
Aquisições	3.939	-	11	-	-	16.583	20.533	10.941	17.674
Amortizações	(2)	-	-	-	-	-	(2)	40.248	31.079
Transferências	(8.573)	-	-	(722)	(311)	-	(9.606)	621	538
Saldo em 28/02/2021	35.797	311.284	344.221	4.931	854	20.656	717.743	785.224	406.973
Variação cambial	(1.309)	(13.349)	(11.448)	-	-	(3.520)	(29.626)	-	-
Aquisições (a)	10.797	-	51.464	-	-	12.642	74.903	-	-
Amortizações	(3)	-	-	-	-	-	(3)	-	-
Transferências	(15.623)	-	(1.077)	(1.564)	(311)	-	(18.575)	-	-
Saldo em 28/02/2022	62.883	380.846	516.133	17.061	543	7.662	984.928	-	-

Saldo do Ativo de direito de uso em 28/02/2022
 Saldo do Passivo de arrendamento em 28/02/2022
 Amortização do ativo de direito de uso no exercício
 Amortização do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício

14. Fornecedores

	Controladora	Consolidado
Produtos - mercado interno	576.165	791.737
Produtos - mercado externo	41.635	47.653
Fornecedores - Convênios (i)	115.614	115.614
Serviços	10.941	17.674
Fretes a pagar	40.248	31.079
Outros fornecedores	621	538
Saldo em 28/02/2022	785.224	406.973

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Moeda/ Indexador	Taxa média anual 28/02/2021	Controladora 28/02/2022	Controladora 28/02/2021	Consolidado 28/02/2022	Consolidado 28/02/2021
Capital de giro					
Moeda nacional	2,70%	313.071	515.148	319.736	515.148
Moeda estrangeira (*)	4,00%	8.060	8.821	8.060	8.821
Moeda estrangeira (**)	1,23%	15.476	42.008	379.326	42.009
Moeda estrangeira (***)	4,00%	-	-	163.232	191.721
FINAME (a)	3,79%	16.161	23.159	16.161	23.159
FINAME (b)	4,43%	(1.255)	(1.776)	(1.255)	(1.776)
Saldo em 28/02/2022		351.513	587.360	1.005.183	909.850

16. Debitivos em relação a fornecedores

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799
Emissão em 29/03/2020 - Série única (iv)	365.708	365.708
Emissão em 05/05/2021 - Série única (v)	619.718	619.718
Emissão em 18/10/2021 - 1ª série (vi)	154.475	154.475
Emissão em 18/10/2021 - 2ª série (vi)	514.917	514.917
Saldo em 28/02/2022	2.258.547	1.285.471

17. Debitivos em relação a terceiros

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799
Emissão em 29/03/2020 - Série única (iv)	365.708	365.708
Emissão em 05/05/2021 - Série única (v)	619.718	619.718
Emissão em 18/10/2021 - 1ª série (vi)	154.475	154.475
Emissão em 18/10/2021 - 2ª série (vi)	514.917	514.917
Saldo em 28/02/2022	2.258.547	1.285.471

18. Debitivos em relação a fornecedores

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799
Emissão em 29/03/2020 - Série única (iv)	365.708	365.708
Emissão em 05/05/2021 - Série única (v)	619.718	619.718
Emissão em 18/10/2021 - 1ª série (vi)	154.475	154.475
Emissão em 18/10/2021 - 2ª série (vi)	514.917	514.917
Saldo em 28/02/2022	2.258.547	1.285.471

19. Debitivos em relação a fornecedores

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799
Emissão em 29/03/2020 - Série única (iv)	365.708	365.708
Emissão em 05/05/2021 - Série única (v)	619.718	619.718
Emissão em 18/10/2021 - 1ª série (vi)	154.475	154.475
Emissão em 18/10/2021 - 2ª série (vi)	514.917	514.917
Saldo em 28/02/2022	2.258.547	1.285.471

20. Debitivos em relação a fornecedores

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799
Emissão em 29/03/2020 - Série única (iv)	365.708	365.708
Emissão em 05/05/2021 - Série única (v)	619.718	619.718
Emissão em 18/10/2021 - 1ª série (vi)	154.475	154.475
Emissão em 18/10/2021 - 2ª série (vi)	514.917	514.917
Saldo em 28/02/2022	2.258.547	1.285.471

21. Debitivos em relação a fornecedores

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799
Emissão em 29/03/2020 - Série única (iv)	365.708	365.708
Emissão em 05/05/2021 - Série única (v)	619.718	619.718
Emissão em 18/10/2021 - 1ª série (vi)	154.475	154.475
Emissão em 18/10/2021 - 2ª série (vi)	514.917	514.917
Saldo em 28/02/2022	2.258.547	1.285.471

22. Debitivos em relação a fornecedores

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799
Emissão em 29/03/2020 - Série única (iv)	365.708	365.708
Emissão em 05/05/2021 - Série única (v)	619.718	619.718
Emissão em 18/10/2021 - 1ª série (vi)	154.475	154.475
Emissão em 18/10/2021 - 2ª série (vi)	514.917	514.917
Saldo em 28/02/2022	2.258.547	1.285.471

23. Debitivos em relação a fornecedores

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799
Emissão em 29/03/2020 - Série única (iv)	365.708	365.708
Emissão em 05/05/2021 - Série única (v)	619.718	619.718
Emissão em 18/10/2021 - 1ª série (vi)	154.475	154.475
Emissão em 18/10/2021 - 2ª série (vi)	514.917	514.917
Saldo em 28/02/2022	2.258.547	1.285.471

24. Debitivos em relação a fornecedores

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799
Emissão em 29/03/2020 - Série única (iv)	365.708	365.708
Emissão em 05/05/2021 - Série única (v)	619.718	619.718
Emissão em 18/10/2021 - 1ª série (vi)	154.475	154.475
Emissão em 18/10/2021 - 2ª série (vi)	514.917	514.917
Saldo em 28/02/2022	2.258.547	1.285.471

25. Debitivos em relação a fornecedores

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799
Emissão em 29/03/2020 - Série única (iv)	365.708	365.708
Emissão em 05/05/2021 - Série única (v)	619.718	619.718
Emissão em 18/10/2021 - 1ª série (vi)	154.475	154.475
Emissão em 18/10/2021 - 2ª série (vi)	514.917	514.917
Saldo em 28/02/2022	2.258.547	1.285.471

26. Debitivos em relação a fornecedores

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799
Emissão em 29/03/2020 - Série única (iv)	365.708	365.708
Emissão em 05/05/2021 - Série única (v)	619.718	619.718
Emissão em 18/10/2021 - 1ª série (vi)	154.475	154.475
Emissão em 18/10/2021 - 2ª série (vi)	514.917	514.917
Saldo em 28/02/2022	2.258.547	1.285.471

27. Debitivos em relação a fornecedores

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799
Emissão em 29/03/2020 - Série única (iv)	365.708	365.708
Emissão em 05/05/2021 - Série única (v)	619.718	619.718
Emissão em 18/10/2021 - 1ª série (vi)	154.475	154.475
Emissão em 18/10/2021 - 2ª série (vi)	514.917	514.917
Saldo em 28/02/2022	2.258.547	1.285.471

28. Debitivos em relação a fornecedores

	Controladora	Consolidado
Emissão em 19/05/2017 - 2ª série (i)	-	167.310
Emissão em 15/12/2017 - Série única (ii)	-	168.629
Emissão em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	279.805	279.805
Emissão em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	338.799	338.799



CAMIL

CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

☆ continuação

Passivo circulante	Controladora		Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
Contas a pagar por compras				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	5.850	17.826	-	-
Ciclo Logística Ltda.	10.679	10.049	-	-
Coligadas:				
Cilmyu S.A.	-	-	-	960
Arrozur S.A.	-	-	3.135	1.358
Outros:				
Q4 Itajai Empreendimentos e Participações Ltda.	229	190	229	190
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda. (*)	-	5.600	-	5.600
Juros sobre Capital Próprio a pagar (**)	17.315	13.637	17.315	13.637
	34.073	47.302	20.679	21.745
Total do passivo	34.073	47.302	20.679	21.745

(*) Valor de R\$ 600 referente ao prédio e terreno onde está situada a unidade produtiva do estado de São Paulo e saldo e R\$ 5.000 referente à parcela final da aquisição do imóvel da unidade Pernambuco. (***) O total de juros sobre capital próprio a pagar é de R\$25.000, antes dos impostos, sendo R\$7.685 pagos aos acionistas minoritários. As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes. Em 28 de fevereiro de 2022, não houve a necessidade de constituição de provisão para perdas envolvendo operações com partes relacionadas. Abaixo, o valor das transações comerciais entre a Companhia, suas controladas e coligadas:

Resultado	Controladora		Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
Receita com venda de casca de arroz				
Galofrer S.A.	-	-	(166)	185
Despesa por Compra de Arroz Beneficiado S.A. Molinos Arroceros Nacionales	(94.378)	(129.497)	-	-
Despesas com frete				
Ciclo Logística Ltda.	(143.956)	(102.074)	-	-
Receitas (Despesas) com irrigação				
Comissaco S.A.	-	-	-	224
Cilmyu S.A.	-	-	-	184
Despesas com parbolização de arroz				
Arrozur S.A.	-	-	(29.381)	(24.700)
Despesas com serviços portuários				
Tacua S.A.	-	-	(10.662)	-
	(238.334)	(231.571)	(40.025)	(24.291)

As transações de compras realizadas com a controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), localizada no Uruguai, referem-se à compra de arroz para abastecer a região Nordeste do Brasil. Os pagamentos são substancialmente efetuados de forma antecipada. Os termos e condições de comercialização celebrados entre os produtores rurais e as indústrias no Uruguai são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias ("Gremial de Molinos") e a Associação de Cultivadores de Arroz, daquele país ("Associação de Cultivadores de Arroz"). As transações com as demais empresas coligadas e com outras partes relacionadas referem-se substancialmente à adiantamentos por serviços a serem prestados à Companhia e a sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), negociados a preço e condições acordados entre as partes e, os respectivos pagamentos, são realizados dentro dos vencimentos contratados. Na sequência, o valor das transações relacionadas com companhias vinculadas aos Administradores:

Resultado	Controladora e Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021
Despesas de Aluguel		
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	(3.802)	(7.607)
Q4 Itajai Empreendimentos e Participações Ltda.	(2.547)	(1.619)
Despesas com serviços aéreos		
Albatro Empreendimentos e Participações	(1.454)	-
Gabbiano Empreendimentos e Participações	(9.040)	(9.226)

O prédio e terreno onde está situada a unidade produtiva do estado de São Paulo pertence a Q4 Empreendimentos e Participações Ltda., parte relacionada, que cobra aluguel mensal de R\$600, (R\$600 em 28 de fevereiro de 2021), este contrato se encerrou em 20 de agosto de 2021. A unidade produtiva de Itajai é locada pela parte relacionada Q4 Itajai Empreendimentos e Participações Ltda., com aluguel mensal de R\$252 (R\$188 em 28 de fevereiro de 2021). Em 03 de março de 2021, o Conselho de administração aprovou a utilização de aeronaves da titularidade de parte relacionada Albatro Empreendimentos e Participações e Gabbiano Empreendimentos e Participações. Até 28 de fevereiro de 2022, o total pago em relação a este serviço foi de R\$1.690. a) Avas concedidos: A controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) é garantidora das seguintes operações:

Em operações de empréstimos bancários	Controladora e Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021
Operações relacionadas:		
Comissaco S.A.	-	845
Galofrer S.A.	-	15.035
	-	15.880
Terceiros:		
Balere SRL	2.056	2.765
	2.056	2.765

Produtores de arroz:
Em operações de empréstimos bancários 547 808
Em operações com fornecedores 11.632 9.725

Total garantias	Controladora e Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021
	12.179	10.533
	14.235	29.178

b) Remuneração da Administração: A remuneração dos Diretores Estatutários e Conselheiros, no exercício findo em 28 de fevereiro de 2022, totalizou R\$7.739 (R\$4.871 em 28 de fevereiro de 2021), e está apresentado na rubrica Despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. A remuneração anual global da administração da Companhia para o exercício social findo em 28 de fevereiro de 2022, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de junho de 2021, é de R\$15.000. Os executivos da Companhia também estão inseridos no Plano de Pagamento Baseado em Ações (Stock Options), descrito na nota explicativa nº 18. d. **17. Provisão para demandas judiciais:** **17.1 Riscos prováveis:** A Companhia tem diversos processos em andamento de natureza ambiental, cível e trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Companhia mantém registrada provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas prováveis com esses processos. As movimentações que ocorreram no exercício findo em 28 de fevereiro de 2022 referem-se, principalmente, à atualização de processos trabalhistas, civis, tributários e ambientais. A provisão para riscos é assim formada:

Riscos	Controladora			
	Ambiental	Cível	Tributário	Total
Em 29 de fevereiro de 2020	62	18.654	13.500	424
Adições	12	1.482	5.480	12.616
Reversões	(34)	(117)	(1.642)	(1.772)
Baixas/Pagamentos	(40)	(18.328)	(2.870)	(21.238)
Em 28 de fevereiro de 2021	-	1.691	14.468	1.711
Incorporação Pastificio Santa Amália (Nota explicativa 9)	-	40	1.003	193
Adições	-	1.351	7.753	6.489
Reversões	-	(647)	(5.447)	(1.801)
Baixas/Pagamentos	-	(132)	(1.850)	(25)
Em 28 de fevereiro de 2022	-	2.403	15.927	6.566

Depósitos judiciais	Controladora			
	Ambiental	Cível	Tributário	Total
Em 29 de fevereiro de 2020	-	(753)	(2.933)	(3.498)
Adições	-	-	(895)	(19)
Baixas	-	-	1.293	208
Em 28 de fevereiro de 2021	-	(753)	(2.535)	(3.308)
Incorporação Pastificio Santa Amália	-	(10)	(1.124)	(684)
Adições	-	(15)	(1.704)	(55)
Baixas	-	671	1.481	68
Em 28 de fevereiro de 2022	-	(107)	(3.882)	(3.979)

Riscos	Consolidado			
	Ambiental	Cível	Tributário	Total
Em 29 de fevereiro de 2020	62	20.927	20.800	424
Varição Cambial	-	521	510	1.031
Adições	12	1.504	8.959	11.691
Reversões	(34)	(117)	(2.021)	(17)
Baixas/Pagamentos	(40)	(21.121)	(6.849)	(28.010)
Em 28 de fevereiro de 2021	-	1.714	21.429	1.711
Varição Cambial	-	-	(99)	(99)
Aquisição do Café Bom Dia	-	907	339	15.913
Aquisição Pastificio Santa Amália	-	37	769	200
Adições	-	1.351	7.986	6.489
Reversões	-	(461)	(4.343)	(1.803)
Baixas/Pagamentos	-	(144)	(5.767)	(26)
Em 28 de fevereiro de 2022	-	3.407	20.915	22.482

A Companhia provisiona os honorários advocatícios devidos em casos de sucesso (success fee) para o processo com expectativa de perda remota, conforme cláusula contratual estabelecida na contratação dos assessores jurídicos dos processos tributários. Conforme mencionado na nota explicativa 9, em 20 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a operação para ingresso como nova acionista controladora das empresas Café Bom Dia S/A - Em Recuperação Judicial e Agro Coffee Comércio Importação e Exportação Ltda. - Em Recuperação Judicial. A Recuperação Judicial foi deferida em 13/03/2018, com Plano de Recuperação Judicial (PRJ) aprovado em Assembleia Geral em 17/12/2020 e homologado pelo juiz da causa em 13 de fevereiro de 2021. Atualmente, o PRJ encontra-se em regular cumprimento pelas Recuperadas. O passivo no âmbito da Recuperação Judicial foi segregado em quatro classes. Sendo elas Classe I - Trabalhistas; Classe II - Credores Garantia Real; Classe III - Quirografários; Classe IV - ME/EPP totalizando R\$ 19.907, em 28 de fevereiro de 2022, classificados na rubrica de outras contas a pagar. **17.1.1 Trabalhistas:** A Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração. A Companhia e suas controladas constituíram provisão baseada em prognósticos prováveis de perda e não houve alterações processuais relevantes para este exercício. **17.1.2 Cíveis:** A Companhia e suas controladas discutem diversas ações civis, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração. A Companhia e suas controladas constituíram provisão baseada em prognósticos prováveis de perda e não houve alterações processuais relevantes para este exercício. **17.1.3 Tributário:** A Companhia discute judicialmente cobrança de ICMS pelo Estado do Rio Grande do Sul, por substituição de recolhimento do imposto no período de janeiro a dezembro/2014, em decorrência da não homologação das compensações realizadas com créditos de ICMS exportação adquiridos de terceiro. O valor envolvido no processo é de R\$5.936, em 28 de fevereiro de 2022. Trata-se de embargos à execução fiscal em que foi proferida sentença de parcial procedência, reduzindo a multa de 120% para 100%. Em 17/05/2021, foi julgado o recurso de apelação interposto pela Companhia, por meio do qual foi mantida a sentença a reafirmar que somente os saldos credores acumulados a partir da promulgação do art. 25, §1º, da Lei Kandir (LC 87/96) são passíveis de transferência, ou seja, não foram acolhidos os argumentos apresentados pela Companhia de que os créditos de ICMS transferidos foram constituídos por meio de decisão transitada em julgado, após 31/12/2013, durante a plena vigência da Lei Kandir. Em razão da decisão do recurso de apelação, houve realinhamento do prognóstico pelo patrono da causa, alterando o risco de perda de provisão para provável. Atualmente o processo aguarda julgamento do Recurso Especial (a mesma matéria está sendo discutida em outro processo judicial, com valor envolvido de R\$1.470, com prognóstico de perda possível). A Companhia discute diversas ações tributárias, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração e coletivamente somam o montante de R\$437, em 28 de fevereiro de 2022. **17.2 Riscos possíveis:** A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais classificados como perda possível pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos e, para os quais não há provisão constituída. Em 28 de fevereiro de 2022, as

contingências classificadas com perda possível totalizaram R\$936.819, sendo R\$826.256 na esfera tributária, R\$62.388 na esfera trabalhista e R\$48.175 na esfera cível (R\$794.094 em fevereiro de 2021, sendo R\$755.666 na esfera tributária, R\$26.995 na esfera trabalhista e R\$11.433 na esfera cível). **17.2.1 Trabalhista:** A empresa Ciclo discute judicialmente com o Sindicato dos trabalhadores do RS - SINDIMERCOSUL, a nulidade e invalidade de recibos emitidos pelos empregados, com a consequente aplicação dos reajustes salariais, pagamento do Prêmio por Tempo de Serviço ou Quinquênio no percentual de 5% sobre o salário-base, com acréscimo de 1% a cada ano trabalhado, pagamento de prêmio assiduidade e pontualidade no valor equivalente a 1 (um) dia de trabalho, reembolso de despesas ou diárias de viagens para alimentação (café, almoço e janta). A sentença acolheu a preliminar suscitada em defesa e extinguiu o processo sem resolução do mérito. O recurso do Sindicato foi parcialmente provido para reconhecer a legitimidade ativa do Sindicato, afastando a extinção do processo, sem resolução do mérito, assim restou determinado o retorno dos autos à origem para o regular processamento do feito. Em nova sentença proferida em 01º de fevereiro de 2022 a Ciclo restou condenada a pagar as seguintes parcelas aos substituídos: reflexos das comissões em repouso semanal remunerado e honorários advocatícios no importe de 15% sobre o valor da condenação liquidada. Em 08 de fevereiro, foram apresentados Embargos de Declaração. O valor estimado do processo atualizado, em 28 de fevereiro de 2022, é de R\$16.152. **17.2.2 Cível:** Os processos de naturezas cíveis, Judiciais e Administrativos, da Companhia e suas controladas, com perdas possíveis totalizam R\$46.175 (R\$11.433 em 28 de fevereiro de 2021) e são em sua maioria litígios decorrentes de alegações de inadimplemento contratual e de descumprimento de obrigações legais de diversas naturezas, como disputas decorrentes de contratos em geral, incluindo contrato de representação comercial e transportes, questões regulatórias, acidentes de trânsito, reclamações de consumo, dentre outros. Discutem-se principalmente pleitos de indenização por perdas e danos, aplicação de penalidades e obrigações de fazer. **17.2.3 Tributário: ICMS:** A Companhia discute judicialmente o aproveitamento de créditos de ICMS sobre aquisições cujas saídas subsequentes são realizadas com redução da base de cálculo do imposto (benefício fiscal de produtos da cesta básica), no montante de R\$28.647 (R\$33.237 em 28 de fevereiro de 2021). Atualmente, aguarda-se a realização de pericia em primeira instância. A Companhia obteve decisão favorável em segunda instância em um processo sobre o mesmo tema e, em razão disso, reclassificou o prognóstico para perda remota (R\$5.045). **Imposto de Importação:** A Companhia discute administrativamente a cobrança de imposto de importação e multa decorrente da lavratura de auto de infração, por suposta classificação incorreta do arroz relativo ao período de 2007 a 2009 no montante de R\$35.941 (R\$54.893 em 28 de fevereiro de 2021). A Companhia obteve decisão favorável em segunda instância e, atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Especial da PGFN. A Companhia obteve uma decisão favorável em um processo sobre o mesmo tema e, em razão disso o processo foi extinto (R\$19.833). **IRPJ e CSLL - Os temas relacionados abaixo foram avaliados pela Administração e seus assessores legais com a classificação de perda possível com viés remoto, segundo o IFRIC 23/ICPC22. i)** A Companhia discute judicialmente a cobrança de IRPJ e CSLL relativa ao ano-calendário de 2004, decorrente da glosa de despesas relativas à amortização fiscal do ativo gerado pela incorporação da Rice S.A. Administração e Participações, no montante de R\$5.204 (R\$20.510 em 28 de fevereiro de 2021). Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. A mesma matéria estava sendo discutida em um processo administrativo (anos-calendário 1999 a 2003), para o qual houve decisão definitiva favorável à Companhia em fevereiro de 2022 (R\$14.883). **ii)** A Companhia possui auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos aos anos-calendário de 2011 a 2012, decorrente da amortização fiscal dos ativos gerados pelas incorporações das empresas Fempae Indústria e Comércio de Pescados S.A., Canadã Participações Ltda., GIF Codajãs Participações S.A. e Docelar Alimentos e Bebidas S.A., no montante total de R\$322.829 (R\$310.827 em 28 de fevereiro de 2021), incluindo multa e juros de mora. O entendimento da Administração é de que o ativo foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação fiscal, atendendo os requisitos dispostos no artigo 385, § 2º, inciso II e § 3º, combinado com o artigo 386, inciso III, do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99). Baseado na avaliação de risco efetuada pelos assessores legais da Companhia R\$249.403 são classificados como expectativa de perda possível com viés remoto (incluindo multa e juros) e R\$73.426 classificados como expectativa de perda remota (50% da multa de opção qualificada e respectivos juros). Atualmente aguardamos julgamento dos embargos de declaração opostos pela Companhia e recurso especial interposto pelo Fisco. **iii)** A Companhia ingressou com mandado de segurança para garantir o direito de transmitir PER/DCOMP para o aproveitamento de créditos de IRPJ e CSLL dos exercícios de 2013 e 2014, tendo em vista a alegação da RFB que o pedido de restituição ou a declaração de compensação deveriam ser feitos em até cinco anos do período de apuração. O entendimento da Administração é de que com o advento da Lei Complementar 160/2017 foi reconhecido que os benefícios fiscais são considerados subvenção para investimento, portanto foram excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL o montante de R\$29.918 (R\$28.810 em 28 de fevereiro de 2021). Foi proferida sentença de improcedência e, em março de 2022, foi proferido acórdão desprovidendo a apelação da Companhia. Em vista disso, a Companhia optou por desistir do mandado de segurança atual (o que pode ser feito sem resolução do mérito e a qualquer tempo, conforme jurisprudência do STF), para ajustar novo mandado de segurança visando a discutir com mais profundidade e com outros argumentos a possibilidade de aproveitamento dos créditos de IRPJ. Atualmente a Companhia aguarda a homologação da desistência do primeiro mandado de segurança, para posterior ajuizamento da nova ação. Paralelamente, a Companhia realizou administrativamente um pedido de restituição relativo ao crédito da CSLL de 2013. **iv)** A Companhia discute administrativamente débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa da dedução de custo de matéria-prima adquirida de fornecedor posteriormente considerado inidôneo pela Receita Federal, no montante de R\$20.623 (R\$20.348 em 28 de fevereiro de 2021). Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso voluntário interposto pela Companhia. **v)** A Companhia discute administrativamente cobrança de IRPJ/CSLL e o respectivo adicional de IRPJ do exercício de 2017, tendo em vista a exclusão de valores benefícios fiscais de ICMS das bases de cálculo de referidos tributos, nos termos Lei Complementar 160/2017. A Receita Federal do Brasil glosou parte das compensações de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, apurados em 2017, realizadas nos exercícios seguintes (2018 e 2020), exigindo IRPJ e CSLL de tais períodos no montante de R\$30.087, incluindo juros e multa. Atualmente aguarda-se julgamento da impugnação. **vi)** A Companhia discute administrativamente cobrança de IRPJ/CSLL e IRRF do exercício de 2017, no montante de R\$29.992, incluindo juros e multa, em face da exclusão da base de cálculo dos referidos tributos, pela empresa incorporada SLC Alimentos, de despesas com aquisição de matéria-prima de fornecedor considerado inidôneo e por realização de pagamento sem causa. Atualmente aguarda-se julgamento da impugnação. Os antigos controladores da empresa incorporada têm responsabilidade contratual de indenizar a Companhia em eventual perda do processo, em razão do fato gerador ser anterior à aquisição. **vii)** A Companhia discute administrativamente cobrança de IRPJ/CSLL do exercício de 2017 e 2018, no montante de R\$13.846, incluindo juros e multa, decorrente das deduções fiscais realizadas pela empresa incorporada Pastificio Santa Amália, a título de amortização de ativo gerado da operação de investimento formalizada no ano de 2013, em face da transferência do capital para a empresa Alicorp S.A.A. Atualmente aguarda-se julgamento da impugnação. Os antigos controladores da empresa incorporada têm responsabilidade contratual de indenizar a Companhia em eventual perda do processo, em razão do fato gerador ser anterior à aquisição. **PIS e COFINS:** **i)** A Companhia discute judicialmente cobrança de PIS/COFINS relacionada a compensações não homologadas com créditos de IPI no montante de R\$21.061 (R\$20.760 em 28 de fevereiro de 2021). Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia. **ii)** A Companhia discute administrativamente o aproveitamento por compensação de tributos federais de determinados créditos decorrentes da aquisição de insumos. Os débitos exigidos nos processos administrativos, incluindo multa, totalizam R\$177.791 (R\$187.922 em 28 de fevereiro de 2021). Atualmente aguarda-se julgamento das impugnações/recursos voluntários interpostos pela Companhia. **ISS:** **i)** A Companhia discute administrativamente e judicialmente cobrança de ISS realizada pelo Município de Rio Grande/RS, relacionada ao procedimento de secagem de arroz, no montante de R\$33.553. Atualmente aguarda-se julgamento da impugnação nos processos administrativos e julgamento de recurso especial interposto pelo município no processo judicial.

Data da Outorga: 31/10/2017 12/12/2017 01/04/2019 02/04/2020 31/03/2021 Total

Quantidade Outorgada	Valor provisionado		Valor provisionado		Valor provisionado		Valor provisionado		Valor provisionado		Valor provisionado		
	bruto	líquido	bruto	líquido	bruto	líquido	bruto	líquido	bruto	líquido	bruto	líquido	
Exercício das Opções													
20% no segundo aniversário	398.711	533	439.259	436	705.821	1.043	723.579	981	612.679	639	2.880.049	3.632	2.397
30% no terceiro aniversário	598.067	1.070	658.888	929	1.058.732	1.944	1.085.368	1.260	919.018	818	4.320.073	6.021	3.977
50% no quarto aniversário	996.778	2.176	1.098.147	1.955	1.764.554	2.860	1.808.947	1.902	1.531.697	1.227	7.200.122	10.120	6.677
	1.993.556	3.779	2.196.294	3.320	3.529.107	5.847	3.617.893	4.143	3.063.395	2.684	14.400.245	19.773	13.051

As disposições que regem o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações estão expostas no anexo II da ata da Assembleia inicialmente mencionada. A seguir, o detalhamento das premissas que regem cada plano de outorga e a movimentação:

Data de emissão	Primeira outorga				Segunda outorga			
	31/10/2017				01/12/2017			
Data de aditivo	01/04/2019				01/04/2019			
	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Preço do exercício	9,00	9,00	9,00	N/A	9,00	9,00	9,00	N/A
Strike price (estimado) na data do balanço	9,60	10,24	11,00	N/A	9,51	10,14	10,94	N/A
Taxa de juros livre de riscos (%)	7,24%	8,40%	9,17%	N/A	6,89%	8,24%	9,22%	N/A
Tempo contratual de exercício	2,00	3,00	4,00	N/A	2,00	3,00	4,00	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	N/A	0%	0%	0%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	32%	32%	32%	N/A	32%	32%	32%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	398.711	598.067	996.778	1.993.556	439.259	658.888	1.098.147	2.196.294
Quantidade de opções outorgadas	575.513	863.269	1.438.782	2.877.563	588.802	883.202	1.472.004	2.944.008
Quantidade de ações canceladas	176.801	265.202	442.004	884.007	149.543	224.314	373.857	747.714
Quantidade de ações vestidas/exercíveis	398.711	598.067	996.778	1.993.556	439.259	658.888	1.098.147	2.196.294
Quantidade de opções exercidas	9.000</							



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

☆ continuação

Posição das opções em 28/02/2021	Quinta outorga			Total
	Tranche I	Tranche II	Tranche III	
Opções outorgadas	612.679	919.018	1.531.697	3.063.395
Opções canceladas	-	-	-	-
Saldo de opções em 28/02/2022	612.679	919.018	1.531.697	3.063.395
Opções exercíveis em 28/02/2022	612.679	919.018	1.531.697	3.063.395

e) Remuneração aos acionistas e distribuição do lucro: A Administração da Companhia fez deliberações de distribuição de proventos, através de Reunião do Conselho de Administração, sendo: (i) Em 25 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, relativo ao exercício social findo em 28 de fevereiro de 2021. O valor bruto aprovado foi de R\$20.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,054642793 por ação ordinária. O pagamento do JCP foi realizado em 31 de março de 2021 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data-base de 22 de março de 2021. (ii) Em 27 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, mediante a utilização do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2021, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2022. O valor bruto aprovado foi de R\$20.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,054642793 por ação ordinária. O pagamento foi realizado em 14 de junho de 2021. (iii) Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2022. O valor bruto aprovado foi de R\$25.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,069058198 por ação ordinária. O pagamento do JCP foi realizado em 13 de dezembro de 2021. (iv) Em 24 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, relativo ao exercício social findo em 28 de fevereiro de 2022. O valor bruto aprovado foi de R\$25.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,069058198 por ação ordinária. O pagamento do JCP foi realizado em 14 de março de 2022 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data-base de 3 de março de 2022. Atendendo a legislação societária e ao Estatuto da Companhia, abaixo a distribuição dos lucros apurados em 28 de fevereiro de 2022 e 28 de fevereiro de 2021:

	28/02/2022	28/02/2021
Lucro do exercício	477.784	462.676
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(327.577)	(197.615)
Base para constituição de reserva legal	(17.510)	(17.510)
Constituição da Reserva Legal (5% sobre o lucro)	(17.510)	(17.510)
Ajuste de realização do custo atribuído	4.118	4.118
Base de cálculo para o dividendo	336.815	255.925
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(84.204)	(63.981)
Dividendos adicionais do ano	(10.796)	(114.060)
Total pago através de JCP no exercício	(95.000)	(178.041)
Constituição da Reserva de retenção de lucros a ser aprovado em AGO (*)	241.815	77.885

(*) A destinação da reserva de retenção de lucros deverá ser aprovada pela Assembleia Geral Ordinária, conforme proposta de orçamento de capital. A diferença com a constituição de 2022 refere-se ao juros sobre capital próprio pago mediante a utilização de reserva imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. f) Reserva de incentivos fiscais: Conforme enquadramento legal da nota explicativa nº 8, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Deste modo, a Companhia apurou nas unidades geradoras de caixa de grãos e pescados, a subvenção de ICMS no total acumulado de R\$1.045.621, em 28 de fevereiro de 2022, reconhecida da seguinte forma: i) R\$127.577 de subvenção de ICMS relativa ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2022; ii) R\$197.615 de subvenção de ICMS relativa ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2021; e iii) R\$720.429 de subvenção de ICMS acumulados até o exercício findo em 28 de fevereiro de 2020. Conforme previsto pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, a reserva de incentivos fiscal, poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal, ou para aumento de capital. Dentro da mesma previsão legal, a reserva de incentivos fiscais e reserva legal, não compõe a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submetê-la à tributação, em caso de distribuição.

Resultado antes dos impostos	Controladora		Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
Alíquotas nominais (*)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(151.968)	(168.625)	(173.175)	(182.635)
(Adições)/Exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	74.715	40.176	56	(448)
Subvenção de ICMS	43.376	67.189	43.376	67.189
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	39.100	23.800	39.100	23.800
Reconhecimento créditos sobre débitos da Selic (a)	25.640	-	25.640	-
Outras exclusões (adições) permanentes (*)	(45)	4.179	3.885	17.607
Valor registrado no resultado	30.811	(33.281)	(30.618)	(74.487)
Alíquotas efetivas	-6,9%	6,7%	6,0%	13,3%

(*) Imposto de renda calculado à alíquota de 25% para as controladas sediadas no Uruguai e Equador, 27% para as sediadas no Chile e 29,5% para as sediadas no Peru, de modo que a diferença de alíquota é apresentada na rubrica de outras exclusões (adições) permanentes. Não há incidência de contribuição social nesses países. a) Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema 962), declarando inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os juros de mora e correção monetária atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição dos débitos tributários. A Companhia possui ação judicial na qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS que incidiram sobre os valores correspondentes à taxa Selic aplicada em seus inadimplidos tributários e depósitos judiciais, bem como pleiteia o reconhecimento do direito à restituição/compensação dos valores indvidualmente recolhidos nos últimos anos. Até o momento não foi proferida decisão judicial definitiva na referida ação judicial. Com base na decisão proferida pelo STF e suportada pela avaliação de seus consultores externos, a Companhia avaliou como sendo provável que o tratamento fiscal seja aceite, em especial no que se refere à expectativa de reconhecimento de seu direito à restituição/compensação dos valores relativos ao IRPJ e à CSLL incidentes sobre a taxa Selic relativa a débitos tributários contabilizados nos exercícios de 2015 a 2021. Desta forma, no exercício findo em 28 de fevereiro de 2022, conforme ICPC 22/IFRR 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, foi realizada a reversão do IRPJ e da CSLL diferidos calculados sobre os juros selic no montante de R\$25.640.

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Controladora		Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
Diferença temporária ativa				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.542	1.402	2.874	2.432
Provisão para participação nos resultados	4.413	7.887	5.782	9.298
Provisão para débitos tributários	8.464	6.076	13.435	6.834
Prejuízos fiscais e bases negativas	17.485	-	22.405	-
Provisão para perdas adiantamento a fornecedores	4.082	3.587	4.082	3.587
Provisão para perdas de estoques	1.209	1.941	3.500	1.941
Provisão para perdas de créditos tributários	4.715	1.017	4.967	1.299
Provisão de descontos sobre vendas	10.087	11.460	10.146	11.526
Ágio sobre incorporação	11.482	-	11.482	-
Provisão para perda com operações descontinuadas	9.014	11.606	9.014	11.606
Movimentações IFRS 16 - Ativo de direito de uso	58.470	36.198	62.360	37.152
Outras provisões temporárias	3.306	4.328	8.560	10.173
Total	134.270	85.502	158.681	95.848

Diferença temporária passiva

Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal

Sobre alocação à intangíveis

Sobre alocação à imobilizados

Custo atribuído ao imobilizado (deemed cost)

Lucro do exterior

Movimentações IFRS 16 - Passivo de arrendamento

Outras diferenças temporárias

Imposto de renda e contribuição social

82.797 77.846 102.984 113.325

diferido passivo líquido

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Todos os créditos referentes a prejuízos fiscais foram consumidos no exercício de 2020, porém, foram constituídos novos, referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2022.

Receita bruta de vendas e serviços	Controladora		Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
Receita interna	7.329.136	5.902.139	9.155.108	7.459.384
Receita externa	318.862	300.807	1.106.228	1.036.682
	7.647.998	6.202.946	10.261.336	8.496.066

Deduções de vendas	Controladora		Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
Impostos sobre vendas	(573.906)	(448.005)	(645.482)	(513.933)
Devoluções e abatimentos	(454.119)	(385.006)	(599.999)	(518.154)
	(1.028.025)	(833.011)	(1.245.481)	(1.032.087)
	6.619.973	5.369.935	9.015.855	7.465.973

Despesas por natureza:	Controladora		Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
Despesas por função	(157.747)	(66.577)	(172.625)	(89.789)
Juros sobre empréstimos	(5.636)	(5.249)	(6.554)	(5.991)
Juros sobre arrendamentos (Nota 13)	(111.596)	(185.217)	(111.596)	(185.217)
Derivativos	(21.521)	(41.283)	(28.588)	(47.623)
Varição cambial	(6.279)	(2.999)	(4.737)	(2.314)
Varição monetária	(14.196)	(17.384)	(21.809)	(32.301)
Outras	(316.975)	(318.709)	(345.909)	(363.235)

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
Juros	5.926	3.631	20.776	19.846
Descontos	2.442	2.000	2.459	2.009
Rendimentos de aplicações financeiras	58.779	15.871	59.127	15.871
Derivativos	99.924	197.353	99.924	197.353
Varição cambial	16.264	30.366	23.676	31.941
Varição monetária	6.863	749	7.589	749
Outras receitas com variações monetárias	-	2.406	3.219	9.442
Outras	-	-	1.549	995
	190.198	252.646	218.319	278.206
	(126.777)	(66.063)	(127.590)	(85.029)

23. Outras receitas (despesas) operacionais: O detalhamento das Outras receitas (despesas) operacionais é apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
Crédito extemporâneo referente contribuições previdenciárias (INSS) (a)	-	5.731	-	5.731
Exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL (b)	-	4.000	-	4.000
Crédito PIS e COFINS referentes revisão 2019 (c)	-	2.838	-	2.838
Recuperação de despesas com transportes e sinistros	-	2.522	-	2.522
Estorno de descontos provisionados períodos anteriores	-	1.084	-	1.084
Provisão/Reversão para perda de unidade industrial (d)	-	1.688	-	1.688
Créditos ICMS referentes a Zona Franca de Manaus (e)	-	1.314	-	1.314
Recuperação de despesas junto a fornecedores	-	2.771	-	2.771
Perdas com operações descontinuadas	(2.780)	-	(2.780)	-
Ajuste Crédito s/ Exclusão do ICMS da base de cálculo	(1.326)	-	(1.326)	-
Pagamento de Auto de Infracção ICMS	(7.450)	-	(7.450)	-
Baixa beneficiária unidades Santa Cruz	(1.733)	-	(1.733)	-
Ganho por compra reversa (f)	918	-	918	-
Negociação quitação Pactual - Café Bom Dia (f)	-	-	34.069	-
Parcelamento débitos previdenciários (g)	-	-	26.299	-
Venda sede Controlada Tucapel	-	-	11.830	-
Outras	1.322	1.079	4.097	2.626
	(11.049)	23.057	109.334	24.604

(*) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 9 a Companhia apurou compra vantajosa nas aquisições das empresas Agroindustriais Dajahu S.A. e Agro Coffee Comércio Importação e Exportação Ltda. - Em Recuperação Judicial. A Companhia revisou as identificações de ativos adquiridos, passivos assumidos e os respectivos valores justos e concluiu que o resultado apurado está adequado e concluiu que a transação está adequada. a) Reconhecimento de crédito fiscal sobre contribuições previdenciárias (INSS): Em 10 de junho de 2020 a Companhia reconheceu créditos fiscais sobre as contribuições previdenciárias (INSS). Os créditos são referentes a permissão da exclusão da base do INSS os descontos do auxílio alimentação, vale-transporte e plano de saúde (empregado e dependente), prêmio, bônus e gratificações. Considerando o efeito retroativo de 5 anos, a Companhia registrou o crédito fiscal de R\$5.731. b) Exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL: Em junho de 2020 a Companhia teve decisão favorável já transitada e julgado sobre Ação Ordinária nº 5014613-35.2017.4.04.7100, referente ao direito de exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL os valores relativos aos créditos presumidos de ICMS, ficando assim autorizada a SLC a excluir os créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL e compensar os valores recolhidos indevidamente no período compreendido entre os anos calendários de 2012-2018. Com base nesta decisão a Companhia registrou o crédito fiscal de R\$ 4.000. c) Crédito PIS e COFINS referentes a revisão de 2019: Em fevereiro de 2021, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS referentes a revisão das apurações e EFD Contribuições do período de janeiro a setembro 2019. Com base nesta decisão, a Companhia registrou o crédito fiscal de R\$ 2.838. d) Provisão para perda de unidades industriais: Unidade industrial São Gonçalo - RJ: Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia encerrou e migrou as atividades operacionais relativas a pescados da unidade de São Gonçalo, localizada no estado do Rio de Janeiro, para a unidade de Navegantes, localizada no estado de Santa Catarina e, após cálculo do montante recuperável, registrou a provisão para reestruturação de R\$31.269. Em fevereiro de 2020, a Companhia atualizou o montante provisionado aumentando a perda em R\$2.063. No exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 a Companhia reconheceu o estorno de R\$ 200 referente a esta provisão. Unidade industrial Tarumã - SP: Após conclusão do projeto de ampliação das atividades da unidade de Barra Bonita/SP, as atividades de Tarumã serão unificadas à mesma. A provisão para perda dos ativos é de R\$1.275, contabilizada em 29 de fevereiro de 2020. Em junho de 2020 efetuamos o estorno da provisão referente aos ativos de Cuiabá/MT. No exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 a Companhia reconheceu o estorno de R\$ 471 referente a esta provisão. Unidades industriais Cuiabá - MT e Uruguiana - RS: Devido reestruturação das atividades operacionais, estas unidades serão encerradas e seus ativos baixados para perda. A provisão estimada sobre os ativos de Cuiabá/MT é de R\$1.016 e de Uruguiana/RS é de R\$78 milhares, contabilizadas em 29 de fevereiro de 2020. Em junho de 2020, a Companhia estornou os ativos de Cuiabá/MT. Unidade administrativa Porto Alegre - RS: Com a incorporação da SLC Alimentos, as atividades administrativas foram distribuídas e parte dos ativos da unidade de Porto Alegre/RS será realocada. A provisão estimada sobre os ativos inutilizados é de R\$70, contabilizada em 29 de fevereiro de 2020. e) Créditos ICMS referentes a Zona Franca de Manaus: Em janeiro de 2021, a Companhia reconheceu créditos fiscais referentes a créditos de ICMS em decorrência de saídas com destino à Zona Franca de Manaus. Este reconhecimento foi efetuado com base no Decreto-lei nº 288/67 que equipara das saídas destinadas à Zona Franca de Manaus a operações de exportação, tendo em suas características de Área de Livre Comércio. A Companhia registrou o crédito fiscal de R\$ 1.314 referente períodos compreendidos entre 2016 e 2020. f) Negociação e quitação dívida Pactual: Em 19 de janeiro de 2022, a controlada Café Bom Dia quitou o Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Cumulada com Transação Extintiva de Litígios Existentes e Preventiva de Litígios Futuros - em 16.09.2020; (ii) Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida - em 10.08.2021; e (iii) Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Móveis; todos englobados firmados. A liquidação antecipada dos valores ocasionou um bônus por liquidação do valor de R\$34.069. g) Negociação de débitos previdenciários: Em 20 de dezembro de 2021, a Café Bom Dia aderiu ao TRANSAÇÃO EXCEPCIONAL - DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS visando a redução total de até 70% anistia dos valores devidos reconhecendo um passivo total de R\$50.466 (liquidação de descontos de R\$26.299), os quais foram contabilizados na rubrica de "Outras despesas operacionais". A liquidação do parcelamento foi acordada em doze parcelas de R\$168 e quarenta e oito parcelas R\$390. 24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os negócios da Companhia e suas controladas compreendem a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de diversos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar, café e pescados. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. a) Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo aplicações financeiras e derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão para definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo que um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizará o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Essas metodologias de avaliação não foram alteradas nos exercícios apresentados. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como no todo: • Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Com base em sua avaliação, a Administração considera que os valores justos dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados, como a seguir:

Ativos financeiros	28/02/2022		Controladora	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil
Custo amortizado				
Contas a receber	2	725.515	725.515	626.048
		725.515	725.515	626.048

Mensurados pelo valor justo	28/02/2022		Controladora	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil
Equivalentes de caixa	2	1.239.750	1.239.750	710.343
Aplicações financeiras	2	33.712	33.712	32.923
Instrumentos financeiros derivativos	2	45	528	1.144
		1.273.990	1.273.990	744.410

Passivos financeiros	28/02/2022		Controladora	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil
Mensurado pelo custo amortizado				
Fornecedores	2	785.224	785.224	406.973
Empréstimos e financiamentos	2	2.610.060	2.614.255	1.872.831
Contas a pagar	2	1.055	1.055	44.781
		3.396.339	3.400.534	2.324.585

Ativos financeiros	28/02/2022		Controladora	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil
Custo amortizado				
Contas a receber	2	1.212.386	1.212.386	945.120
		1.212.386	1.212.386	945.120



CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03

→☆ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2022 E 2021** (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a tabela com o resumo das apólices contratadas em 28 de fevereiro de 2022:

Risco	Cobertura	Controladora		Consolidado	
		Valor em risco	Custo da apólice	Valor em risco	Custo da apólice
Riscos operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos, lucros cessantes	1.756.997	3.125	28.608.558	24.623
Transporte de mercadorias	Mercadorias em trânsito	5.000.000	1.240	9.633.811	6.039
Responsabilidade civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia	7.000	23	47.131	26.552
Responsabilidade civil de administradores	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	60.000	109	61.271	143
Processos judiciais	Processos judiciais diversos	182.764	1.350	466.371	1.690
Veículos	Sinistros diversos	100% da tabela FIP	42	*	2.257
Riscos de engenharia	Obras e riscos civis	-	-	-	-
Seguro Ambiental	Reclamações de terceiros relativas a transporte, danos pessoais, danos materiais e custos de limpeza	800	14	800	14
Recebimento de clientes	90% da dívida de clientes inadimplentes	90% da venda	125	90% das vendas	465
Fiança locatícia	Inadimplemento da Companhia relativo a locação de imóveis	12.757	56	12.757	56
Seguro Recursal	Cobertura a processos trabalhistas	4.426	54	4.661	60

* O valor em risco consolidado é composto pelas apólices da controladora Camil Alimentos S.A., onde o valor assegurado corresponde a 100% da tabela FIP vigente, e da controlada Ciclo Logística Ltda., onde a apólice assegura 80% da tabela FIP. **Eventos subsequentes:** a) Aquisição Silcom S.A. através da subsidiária SAMAN no Uruguai: Em 09 de dezembro de 2021, a operação de aquisição das ações da Silcom S.A., foi divulgada como fato relevante ao mercado. A Silcom é uma empresa de alimentos com marcas com liderança em frutas secas, legumes, sementes, molhos e azeites. Sua principal marca, La Abundancia, possui alto reconhecimento no mercado, permitindo à Camil a expansão de categorias em sua subsidiária no Uruguai. A aquisição trará complementaridade às

operações da Camil no Uruguai, aumentando sua cobertura atual e permitindo crescimento das atuais categorias de produtos. Além disso, posicionará a Companhia como um dos principais provedores de produtos saudáveis, um dos mercados de maior crescimento atualmente. A Operação está alinhada com a estratégia da Companhia e representa um importante passo para a expansão das operações da Camil na América Latina para novas categorias. A Camil possui um histórico consistente de crescimento e ampliação por meio de aquisições. Essa mais recente aquisição consiste em um passo importante para a diversificação das operações da Companhia no Uruguai, vindo ao encontro dos objetivos estratégicos da Companhia de aquisições de marcas e ativos no setor de alimentos na América Latina.

O preço da aquisição da operação é de US\$29.000, equivalente à aproximadamente R\$149.043 em 30 de novembro de 2021. A transação foi concluída em 30 de março de 2022. b) Programa de recompra: Em 31 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou o sétimo programa de recompra de ações, para aquisição de até 10.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, observando os limites da Instrução CVM 567/2015. O objetivo do programa de recompra foi realizar a aquisição de ações de emissão da Companhia no âmbito das outorgas já realizadas no plano de opção de compra de ações da Companhia, bem como para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa. O programa tem prazo de 18 meses, contados a partir de 01 de abril de 2022 (inclusive), tendo como termo final o dia 30 de setembro de 2022. A instituição financeira que atua como intermediária do programa de recompra é a Ágora Investimentos. Após o início do Programa de Recompra de Ações, acima descrito, a Companhia efetuará o cancelamento do saldo de ações em tesouraria quando este atingir o total de 10.000.000 de ações ordinárias, em cumprimento à Instrução CVM nº 567, 15 Art. 8º, cancelando o total de 10.000.000 de ações ordinárias. Logo, após o cancelamento, o total de ações ordinárias de emissão da Companhia passará a ser de 360.000.000 de ações. Em 13 de abril de 2022 a Companhia efetuou o cancelamento do montante de 10.000.000 de ações ordinárias que estavam em tesouraria. Com o cancelamento, o total de ações ordinárias de emissão da Companhia passou a ser de 360.000.000 de ações. c) Outorga de novas opções de compra de ações: Em 31 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a sexta outorga de novas opções de compra de ações aos beneficiários no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada no dia 28 de agosto de 2017 ("Plano de Opção de Compra"). A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 3.936.719 ações ordinárias de emissão da Companhia, respeitando o limite global de 4% do capital social. O preço de exercício de cada Nova Opção corresponderá a R\$9,22 (nove reais e vinte e dois centavos) por ação. d) Aquisição da Unidade de Negócios de Pet Food da Empresas IANSA no Chile: Em 07 de abril de 2022, a Companhia decidiu não seguir com a aquisição da unidade de negócios de pet food da Empresas Iansa no Chile. A desistência do negócio não gerou nenhum impacto financeiro à Companhia.

DIRETORIA **CONTADORA**
LUCIANO MAGGI QUARTIERO - Diretor-Presidente LUCIANA DE BRITO SANTOS - CRC: RJ-114825/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Camil Alimentos S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 28 de fevereiro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Análise de recuperabilidade do ágio

Em 28 de fevereiro de 2022, conforme notas explicativas 10 e 12 os saldos de ágios, gerados em combinações de negócios ocorridas até então, totalizavam R\$278.243 mil e R\$380.846 mil, na Controladora e no Consolidado, representando 4,1% e 4,8% do total do ativo, respectivamente, naquela data. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela diretoria premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições de mercado e econômicas esperadas, principalmente quanto ao crescimento de vendas e dos custos, taxas de desconto e risco país.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desse ativo, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado a utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela diretoria, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela diretoria, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do ativo da Companhia. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizadas na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela diretoria da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas, bem como analisamos os dados de empresas comparáveis.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela Companhia, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil do ágio e dos ativos da unidade geradora de caixa (*carrying amount*) e avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 10 e 12, às demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 10 e 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em seu conjunto.

Cláusulas restritivas (covenants) incidentes sobre empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 28 de fevereiro de 2022, conforme nota explicativa 15, a Companhia possui saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante total de R\$2.610.060 mil e R\$3.263.730 mil, na Controladora e no Consolidado, representando, respectivamente, 67,1% e 64,6% do total do passivo circulante e não circulante, naquela data. Esses empréstimos, financiamentos e debêntures estão sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais ("covenants"), as quais são calculadas por meio de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O descumprimento desses "covenants" poderia resultar na declaração de vencimento antecipado desses empréstimos, financiamentos e debêntures, o que obrigaria a Companhia a pagar imediatamente os respectivos valores em aberto na data de eventual decretação, impactando de forma significativa sua posição patrimonial e financeira, motivo pelo qual consideramos o cumprimento dessas cláusulas restritivas como risco significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura e entendimento das cláusulas restritivas anuais ("covenants") desses empréstimos, financiamentos e debêntures, incluindo os adendos, quando aplicável, (ii) análise e revisão do cálculo dos indicadores desses "covenants" efetuado pela diretoria, (iii) confirmamos com os times componentes de auditoria acerca do cumprimento de cláusulas restritivas para as subsidiárias localizadas no exterior; e (iv) avaliação de informações disponibilizadas pelo agente fiduciário dessas debêntures. Também avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 15 às demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas para a análise de cumprimento dos "covenants", adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em seu conjunto.

Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa 17, em 28 de fevereiro de 2022, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perda são avaliadas periodicamente pela diretoria, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos externos que patrocinam as causas.

O ambiente legal e tributário no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente na determinação de provisões para diversas demandas judiciais. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer julgamento profissional significativo, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da diretoria, ainda que com apoio de assessores jurídicos externos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos, em adição sobre a interpretação contábil acerca da incerteza relacionada ao ICP22/IFRIC23, conforme mencionado nas notas explicativas 2.25 e 17. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da diretoria sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais; (ii) obtenção de confirmações (circularizações) junto aos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas, contemplando os prognósticos de perda para a totalidade dos processos em aberto e comparação dessas respostas com as estimativas da diretoria; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas da diretoria e de seus assessores jurídicos, com o apoio de nossos especialistas na área tributária, quando aplicável e para processos específicos, considerando a evolução do andamento e a jurisprudências existentes; e (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotadas para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.25 e 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Combinações de negócios

Conforme descrito na nota explicativa 9, durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2022, após conclusão das condições precedentes, a Companhia adquiriu o controle sobre as seguintes companhias: i) Agroindústrias Dajahu S.A. e da Transportes Ronaljavhu S.A. (Equador); ii) Pastificio Santa Amália S.A. (Brasil); e iii) Café Bom Dia e Agro Coffee (Brasil). A contabilização de tais aquisições requereu, entre outros procedimentos, que a Companhia determinasse o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, além da apuração de ágio por expectativa de rentabilidade futura e/ou ganho por compra vantajosa. Estes procedimentos envolveram um elevado grau de julgamento na determinação das estimativas de valores justos, baseados em metodologia, mensuração e premissas relacionadas ao desempenho futuro do negócio adquirido, que, por sua vez, estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em função das incertezas relacionadas às metodologia e premissas utilizadas nas determinações dos valores das contraprestações determinadas, dos valores justos dos ativos e passivos, bem como da determinação dos valores de ágios e/ou ganhos por compra vantajosa, e, consequentemente, a determinação das informações que devem ser divulgadas para a possibilidade de que os usuários das demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros provenientes das combinações de negócios, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) leitura dos acordos celebrados que formalizaram a aquisição e a correspondente movimentação financeira, tais como contratos e atas; análise dos critérios de determinação do preço da aquisição; ii) a execução de procedimentos de auditoria dos saldos iniciais das empresas adquiridas na data de aquisição como parte da determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; iii) revisão do alinhamento e harmonização das práticas contábeis da Companhia com as das empresas adquiridas; e iv) o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas pela diretoria na mensuração e no reconhecimento do valor justo dos ativos adquiridos, dos passivos assumidos e dos ágios e do ganho por compra vantajosa.

Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações efetuadas pela Companhia, foram adequadamente incluídas na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos apropriadas as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de maio de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Marcos Alexandre S. Pupo
Contador - CRC-1SP221749/O-0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 25/05/2022 19:14 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/05/25/CAMIL1562526925052022.pdf>
Hash: 1653430441febb291f65a3490daad3f2c9a4f1eab2

